

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E SEIS** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária, em exercício, e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais. -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serranos Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Sandra Cristina Andrade Carvalho, José Roque

## DRAFT

Alexandre, Maria João Bernardino Correia, Susana Maria da Costa Guimarães, Rosa Maria Carvalho da Silva, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Francisco Maria Fialho Camacho, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale e Rodolfo Knapic. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Jorge Manuel Jacinto Marques, José António Cardoso Alves, Aline Gallash Hall de Beuvink, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria e Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale. -----

----- Margarida Bentes Penedo (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Maria Rosa Fialho Camacho. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Paula Marques e Manuel Grilo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa, Orísia Roque e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, na ausência da Exma. Senhora Presidente da Assembleia, **a Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PARTE I** -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 31/2018 - NÃO À DESCARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DE ALFAMA/SÃO VICENTE DE FORA!!!, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;** ---

----- (A **Petição nº 31/2018 /2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissão Permanente** relativo à **Petição nº 31/2018** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 076/01 da 3ª Comissão Permanente** relativa à **Petição nº 31/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Já temos quórum para dar início aos nossos trabalhos. -----

----- Boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público, Funcionários e Senhores Jornalistas. -----

----- Penso que estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos, eu chamava a Peticionária da Petição n.º 31 de 2018, “Não a descaracterização do bairro de Alfama e São Vicente”, a Senhora Dona Catherine Morisseau.” -----

----- **A Peticionária, a Senhora Catherine Morisseau**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Chamo-me Catherine Morisseau, sou pianista e vivo há cerca de vinte anos em Lisboa. Sou apertidária. -----

----- Venho aqui falar, não em nome pessoal mas como representante das centenas de pessoas que assinaram a Petição “Não à descaracterização do bairro de Alfama e São Vicente.” -----

----- Não venho cá para atacar ninguém, mas sim para defender. -----

----- Defender o património, a integridade de Lisboa, e também para defender a democracia e os processos democráticos que permitem proteger o património, e a integridade da cidade, e respeitar o interesse geral, em vez de interesses particulares. --

## DRAFT

----- Vou fazer uma exposição em três partes.-----  
----- A primeira parte é o que contestámos no projeto de Santa Clara, Hospital da  
Marinha.-----  
----- A segunda parte é a consulta do projeto na Câmara Municipal de Lisboa.-----  
----- E a terceira parte é a aprovação do projeto pela Câmara Municipal de Lisboa. -----  
----- Então a primeira parte é o que contestamos no projeto Santa Clara, Hospital da  
Marinha.-----  
----- A cidade de Lisboa é uma das mais antigas da Europa, tem dois ou três mil anos,  
ou mais. É uma cidade única e com bairros históricos que foram preservados por  
gerações anteriores.-----  
----- As pessoas que construíram e modificaram a sua fisionomia ao longo dos séculos  
fizeram-no de uma maneira suave, subtil e ponderada, e graças a esta sensibilidade e  
sabedoria que conseguimos ter os bairros históricos que temos, e que milhares de  
turistas procuram conhecer. -----  
----- Nós que amamos esta cidade antiga, não podemos deixar que em pouquíssimos  
anos e só por causa da ganância de alguns e da negligência de outros, seja destruída  
para sempre esta beleza. -----  
----- Não podemos deixar que sejam construídos mamarrachos que não respeitam a  
fisionomia da cidade e a sua integridade. -----  
----- Por isso, nós criamos esta Petição, contestamos a construção de raiz de prédios  
novos nesta zona antiga e supostamente protegida, construção que vai descaracterizar  
completamente e para sempre não só a Rua do Paraíso, como a zona envolvente que  
consta monumentos de maior importância, como por exemplo o Panteão Nacional que  
fica a pouquíssimos metros da prevista construção. -----  
----- Nós não temos nada contra a reabilitação do antigo Hospital da Marinha e da  
antiga escola adjacente, o que contestamos é a construção de prédios novos, ao lado. --  
----- O PDM indica, estou a citar “ *a importância do edifício enquanto integrante do  
tecido urbano que compõe os alçados da Rua do Paraíso, um arruamento cuja  
integridade e imagem se pretende preservar.*” -----  
----- Integridade e imagem, a imagem atual é esta. -----  
----- Isto é vista da Rua do Paraíso, o princípio da Rua do Paraíso e que dá  
basicamente entrada para Alfama, aqui é a fronteira entre Alfama e São Vicente, mas  
este prédio que está ao fundo vê-se de muito mais longe, vê-se da Rua dos Remédios  
que fica já em Alfama. -----  
----- Isto é a Rua do Paraíso basicamente.-----  
----- O que se pretende fazer é isso. -----  
----- A imagem um é o que está na Rua do Paraíso agora, a segunda imagem é o  
projeto de construção. -----  
----- Basicamente é assim, a rua e a construção. -----  
----- Basicamente a construção de novos edifícios na Rua do Paraíso tapa  
completamente a fachada da lateral do prédio da antiga escola profissional,  
suprimindo por completo a imagem de marca desta rua tão conhecida dos lisboetas,  
porque dá acesso à emblemática Feira da Ladra.-----

## DRAFT

----- Portanto, este projeto não respeita a integridade e nem respeita a imagem. -----  
----- Viola o PDM!-----  
----- Segundo ponto é a consulta dos projetos na Câmara Municipal de Lisboa. -----  
----- Existem procedimentos na Câmara Municipal de Lisboa para consultar os projetos, mas eles são tão difíceis de compreender, nada transparentes, e muitas vezes enganadores e dispendiosos, que o cidadão comum desiste rapidamente. -----  
----- Nós, desde o mês de novembro, e isto só para poder ver o projeto, fizemos pedidos de informação não satisfeitos, requerimentos em vão, fomos alvos de mentiras e falsas promessas. -----  
----- Mas nós não desistimos até perceber como funcionavam os procedimentos, o que demorou muito tempo, e finalmente conseguimos obter as informações úteis mas não vieram dos serviços da Câmara. A Câmara tinha o dever de nos informar de uma forma transparente, correta e esclarecedora, e não o fez. -----  
----- Em resumo rápido. -----  
----- Numa primeira fase, várias pessoas foram ao Centro de Atendimento ao Município entre outubro e novembro do ano passado, onde pediram para ver o projeto.  
----- A resposta dada foi o que está neste *email*: “*Não há nenhum projeto no antigo Hospital da Marinha.*” -----  
----- Quando na verdade o projeto de arquitetura do Hospital já estava aprovado desde o fim de maio de 2018.-----  
----- Foram pessoalmente à Câmara Municipal, tiveram esta resposta e mandaram um *email* é a resposta do *email* foi esta.-----  
----- A resposta que o serviço da Câmara devia dar, era que existe o projeto submetido à Câmara Municipal de Lisboa, que o projeto de arquitetura já estava aprovado e que para o consultar tínhamos de nos constituir como parte interessada.-----  
----- Esta informação nunca foi prestada por nenhum serviço da Câmara Municipal de Lisboa, e quando fomos pedir para nós constituirmos como parte interessada, os funcionários disseram “*que isto era impossível!*” -----  
----- Só conseguimos perceber como funcionava o sistema graças à ajuda de muitos cidadãos na mesma situação. -----  
----- Finalmente, quando conseguimos ser constituídos como parte interessada, não foi porque éramos moradores da zona, porque na reunião pública, o Senhor Presidente Fernando Medina disse-nos publicamente “*que só quem morava nesta rua tinha direito a ver o projeto.*” -----  
----- Mas porquê? -----  
----- E cito agora a notificação da própria Câmara Municipal de Lisboa. -----  
----- “*Verifica-se que o edificio encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património do Plano Municipal de Lisboa, e assim, entende-se que os requerentes têm legitimidade processual.*”-----  
----- Está aqui a carta toda a explicar, a citar a Lei. -----  
----- Enfim, quando os imóveis estão classificados na Carta Municipal do Património, os processos até deviam ser automaticamente públicos porque é de interesse difuso e dos portugueses.-----

## DRAFT

----- Mesmo assim, ou seja, sabendo desta classificação na Carta Municipal do Património, demorámos ainda um mês para sermos constituídos como parte interessada.-----

----- Demorámos dois meses para conseguir ter acesso a cópia autenticada do projeto, mas mesmo assim foi preciso fazer intimidação através do Tribunal Administrativo, porque a Câmara não respondeu ao nosso requerimento.-----

----- Enfim, já tinha passado mais de três meses, só para obter as informações do processo, sem falar do tempo que foi preciso para conseguir perceber como isto funcionava e do dinheiro gasto.-----

----- Mesmo assim, desculpe mas tem de ser dito.-----

----- Apesar de sermos a parte interessada a Câmara Municipal de Lisboa teimou em nos comunicar quando o projeto foi licenciado, o que tinha a obrigação legal de o fazer, e não fez!-----

----- Só soubemos porque a obra já iniciou há algum tempo, e mais uma vez fizemos um requerimento, ao qual a Câmara não respondeu, e a intimidação para que nos facultassem a informação do despacho de licenciamento.-----

----- Portanto, o que aconteceu, acontece a todos os outros cidadãos, que tentam perceber o que se passa na nossa cidade, estes cidadãos estão impedidos, enganados e travados de várias maneiras para não o fazer.-----

----- Agora a terceira parte, que é a aprovação do projeto pela Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Eu pedia-lhe desculpa, eu pedia-lhe que aligeirasse a sua intervenção, porque já ultrapassou o seu tempo, que eram dez minutos, já vai em dez minutos e vinte e sete segundos.-----

----- **A Peticionária, a Senhora Catherine Morisseau**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim.-----

----- Então quando fomos à Reunião Municipal apresentar esta Petição, tivemos a oportunidade de expor a nossa queixa a uma das pessoas diretamente ligadas à aprovação deste projeto, o Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- E que o que nos disse, foi em substância que:-----

----- “*Um, o projeto já está programado, portanto já não há nada a fazer, dois é um projeto privado, portanto nós não temos o direito de ser consultados.*-----

----- *O projeto está aprovado, e portanto, já não há nada a fazer, e ainda mais porque é privado, portanto, “estou aqui a perder o meu tempo, e vocês também”!*-----

----- Mas agora que esta causa é uma causa perdida, queria aproveitar outra questão.---

----- Quando investigamos mais este caso...”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, mas eu vou ter que...se falta pouco, eu pedia-lhe o favor de terminar, senão vou ter...”-----

----- **A Peticionária, a Senhora Catherine Morisseau**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É rápido.” -----

----- Então nós descobrimos que o projeto estruturante, vou resumir, é interrogar o significado de um projeto ser estruturante? -----

----- Quem decide isto, com quais critérios, e quais as consequências em termos de acesso ao projeto de consulta pública e da possibilidade de contestar? -----

----- Normalmente, um projeto estruturante devia ser acessível a todos visto que tem um impacto no tecido urbano, seria o caso. -----

----- A minha pergunta final é será que estamos aqui em democracia? -----

----- E dizer que não sou a única pessoa indignada, somos milhares, e acho que os Deputados tinham o dever também de se indignarem e de fazer o seu papel de representar realmente o cidadão, de defender realmente o património e a integridade da cidade, para o qual foram eleitos, porque estão a nascer muitos mamarrachos nesta cidade em todos os cantos da cidade, e os cidadãos não vão esquecer...” -----

----- (A Peticionária, Senhora Dona Catherine Morisseau, apresentou um *power point* que fica anexada a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante.) -----

----- (A Peticionária, Senhora Dona Catherine Morisseau, deixou documentação com a Mesa que fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). ---

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, eu vou ter mesmo ter que interromper, muito obrigada. -----

----- Muito obrigada Senhora Dona Catherine Morisseau, pela sua extensiva exposição, tomámos as devidas notas, e muito obrigada. -----

----- Eu chamo o Senhor Deputado Miguel Graça, Relator da 3ª Comissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, muito obrigado pela palavra em meu exercício. -----

----- Senhores Vereadores e Caros Colegas Deputados, cabe-me a mim como Relator desta Petição nº 31, com o título “Não à descaracterização do Bairro de Alfama e São Vicente de Fora”, vir aqui apresentar o que foram os resultados do trabalho da 3ª Comissão Permanente Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais. -----

----- Esta Petição, tal como devem ter conhecimento, foi subscrita na altura por cento e noventa e nove cidadãos. -----

----- A Petição, no fundo, acaba por tentar dar corpo a um conjunto de preocupações de moradores que estão na Rua do Paraíso, que alegam que o projeto de nova edificação que foi aqui exatamente mostrado, previsto para a implantação do antigo lote do estacionamento do extinto Hospital da Marinha que violam as obrigações do PDM, e que afetam as vistas do local. -----

## DRAFT

----- Face à apresentação desta Petição a 3ª Comissão procedeu à audição não só dos Peticionários em janeiro de 2019, mas também da Senhora Presidente da Junta Freguesia de São Vicente e do Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Relativamente à audição dos Peticionários, de facto, como foi aqui já exposto a Peticionária informou que souberam em outubro de 2018, do projeto construção através de um *site* a própria empresa promotora da *Stone Capital*, e que nessa forma, e ao terem conhecimento organizaram a Petição em causa. -----

----- Em outubro de 2018, a Peticionária que aqui está hoje a representar esta iniciativa teve já uma intervenção nesta Assembleia Municipal, que solicitou na altura o projeto de licenciamento à Câmara.-----

----- Como vimos, de facto, foi dada uma informação errónea no sentido de que não havia um projeto de licenciamento em curso, aliás, até havia um aviso de obra afixado no local como viemos a verificar. -----

----- Em novembro de 2018 foi feito um requerimento à Câmara em que se identificaram os Peticionários como parte interessada dos projetos, e que pediram cópias do mesmo, e em dezembro receberam resposta a estes requerimentos, mas não receberam as cópias em si, e há aqui uma insistência que, de facto se percebeu pela própria intervenção da Peticionária, em que voltaram ainda a fazer novo requerimento, portanto, um dos requerentes pediu acesso ao processo n.º 2012/EDI/2017 e depois, entenderam e tiveram o conhecimento na altura que na realidade este projeto é organizado em dois lotes, e tem dois projetos de licenciamento distintos,-sendo que o edifício que aqui vimos apresentado o n.º 783/EDI/2017.-----

----- E portanto, os Peticionários fizeram novo requerimento para que essas cópias lhe fossem enviadas, e em janeiro de 2019, intimaram a Câmara para ter acesso ao projeto em si.-----

----- Também referiram nesta audição, de facto, que esta nova edificação, portanto o Processo n.º 783/EDI/2017 que é construído no antigo lote de estacionamento, como referi inicialmente que estaria contra o PDM em vigência.-----

----- Depois de uma audição da Senhora Presidente da Junta que na altura afirmou: “*que não conhecia o projeto em específico, que ainda que o considerasse denso, ao contrário da maioria da ruas do bairro envolvente da Rua do Paraíso era larga*”, portanto, não acompanhando esta crítica na altura feita.-----

----- E depois posteriormente, foi ainda ouvido em abril de 2019, o Vereador Manuel Salgado que afirmou que, de facto, o tema das vistas é um tema sensível, aliás, como sabemos e até tem sido apreciado em outros processos nesta Assembleia Municipal nesse sentido, porque apenas está consagrado no PDM de 1994 este assunto, mas para um conjunto de vistas definidas e específicas a partir do espaço público que essas estão definidas e identificadas, mas não obviamente, as vistas a partir de edifícios privados.-----

----- Disse ainda relativamente a este projeto o Vereador “*que na realidade, o projeto reduzia a área de construção existente, que os dois projetos se articulavam entre si, e que cumpriam o PDM em termos de volumetria*” sendo, “*obviamente, a única questão*

*de garantir as vistas que não era possível, obviamente para as outras edificações que estavam em redor.”* -----

----- O Vereador Manuel Salgado explicou ainda que para cada projeto que entra na Câmara é criada uma ficha, que é enviada para todas as Juntas de Freguesia, o que acontece desde 2017, e que também progressivamente grande parte dos projetos que dão entrada na Câmara Municipal já aparecem com modelos 3D nos quais é possível aferir o seu impacto, ainda que estes não sejam, por vezes completamente rigorosos relativamente à inserção do objeto no espaço urbano, específico. E por isso, que o ponto de vista da Câmara seria o de progressivamente, conseguir, aliás, isto já foi até enunciado na discussão na última sessão construir uma cidade, o modelo 3D da cidade em que se possam fazendo e inserindo os novos projetos para que esta questão do impacto possa ser devidamente acautelada no período de discussão pública, e não posteriormente, a estes processos estarem concluídos. -----

----- Indicou ainda que relativamente ao Hospital da Marinha que a salvaguarda do património estava garantida, e que tinham sido feitas sondagens arqueológicas nesse sentido. -----

----- Relativamente a estes assuntos que, como perceberam, são extensos e complexos, ainda que se refiram a um projeto de dimensão relativamente pequena, o deste lote, não o do lote ao lado. -----

----- A Comissão que fez um conjunto de recomendações que foi aprovado pela maioria das forças políticas. -----

----- A primeira de que obviamente, devem ser acautelados pela Câmara os mecanismos para o mais fácil acessível e simples acesso por parte dos cidadãos à consulta de processos, assim como a disponibilização de todos os elementos com estes relacionados, e que devem ser sempre que possível desenvolvidos por iniciativa da Câmara processos de consulta pública aos cidadãos sobre quaisquer operações urbanísticas ainda que não obrigatórios por Lei sempre pela sua natureza tenham significativo impacto nas populações, ou permitam maior envolvimento dos cidadãos em matérias que lhes digam respeito. -----

----- E por fim, numa terceira recomendação. -----

----- Recomendar ainda à Câmara que possa desenvolver um modelo digital que possibilite verificar previamente quer as vistas, quer o sombreamento de uma nova edificação a implementar num determinado tecido urbano. -----

----- Obrigado.” -----

----- (Neste momento assumiu a Presidência a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado e Relator. -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, peço desculpa do meu atraso na chegada aqui. -----

----- Queria dizer à Senhora Peticionária Catherine Morisseau, que me informaram que não teve tempo de apresentar a sua exposição completamente, se quiser deixar

## DRAFT

uma cópia na Mesa será integrada na ata integralmente, porque faz sentido, evidentemente, depois de todo o esforço que tiveram, que fique completo o processo.--  
----- E posto isto, vamos agora ouvir outros Senhores Deputados que querem falar sobre este assunto. -----  
----- A Senhora Segunda Secretária vai dar palavra.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----  
----- “Os Verdes” gostariam de começar por saudar os subscritores da Petição “Não à descaracterização do Bairro de Alfama/São Vicente de Fora!”, que chamam a atenção desta Assembleia para as suas legítimas preocupações face a um projeto imobiliário na envolvente dos bairros históricos de Alfama e São Vicente, junto ao Campo de Santa Clara. -----  
----- Importa referir ainda que esta Petição inicialmente teve cento e noventa e nove assinaturas mas, como continua *online*, à data conta já com mais de setecentos subscritores.-----  
----- Estamos perante mais um projeto em que os cidadãos se queixam da falta de informação, e “Os Verdes” consideram que esta Assembleia não pode continuar a aprovar recomendações atrás de recomendações, dirigidas à Câmara, se depois são completamente ignoradas pela Autarquia. -----  
----- Não é por acaso que têm disparado as petições e protestos contra a construção de condomínios de luxo em plenos bairros históricos.-----  
----- Recomendar que deve ser facilitado o acesso dos cidadãos à consulta dos processos, ou que a Autarquia deve promover consultas públicas, devidamente divulgadas das mais diversas formas, não tem surtido qualquer efeito. Neste projeto em concreto foi por demais evidente, pois, segundo a Peticionária ouvida na 3ª Comissão, os moradores souberam do projeto a 25 de outubro de 2018 por acaso, e através de um *site*. -----  
----- Depois desta data e até ao início de 2019, os moradores tentaram ter acesso, junto da Câmara, ao processo de licenciamento, cuja resposta, segundo a Peticionária, foi que não existia, quando, nessa altura, já estaria afixado o aviso de obra, com o número do projeto na Rua do Paraíso. -----  
----- Aguardamos, por isso, que o Executivo nos explique como aprovou algo que aparentemente não existia ou, existindo, qual a razão para não ter sido facultado aos moradores. -----  
----- A preocupação dos Peticionários não é a reconstrução do Hospital da Marinha, mas sim um novo edificado destinado à habitação, a construir no antigo lote de estacionamento do extinto Hospital, que compromete o sistema de vistas, a exposição

solar, implica um aumento da volumetria, do tráfego, e que, no fundo, vem afetar a integridade da Rua do Paraíso no seu todo. -----

----- Ora, face a isto estamos perante mais um projeto que não foi divulgado junto da população, nem tão pouco contou com a sua participação na discussão. Pior, o acesso à documentação foi prontamente negado pela Câmara à partida, o que revela uma grave falta de transparência.-----

----- “Os Verdes” já aqui o disseram várias vezes e voltamos a repetir: não é assim que se constrói uma cidade, com projetos que descaracterizam bairros históricos e que retiram a qualidade de vida dos moradores.-----

----- Este é mais um exemplo onde os moradores assumem nas suas mãos a defesa da convivência em espaço público, do sistema de vistas, de um ambiente mais saudável, preocupados com uma maior afluência de tráfego, acrescida de um aumento significativo de poluição sonora e atmosférica. Em contraponto, a especulação imobiliária e os interesses estritamente financeiros da Câmara conduzem ao oposto, agravando a qualidade de vida dos munícipes. -----

----- Não podemos deixar de referir que a empresa imobiliária responsável por este projeto já tem, em Lisboa, mais de quarenta empreendimentos concluídos e em construção e, só ela, já tomou conta de mais de cento e cinquenta mil metros quadrados da cidade. -----

----- A Câmara não pode continuar a ser cúmplice destes fundos imobiliários. Lisboa continua a perder moradores e a ganhar condomínios, e é preciso saber pôr um travão a este tipo de projetos urbanísticos, cabendo à Câmara rejeitar qualquer projeto que prejudique a cidade e as populações. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Membros, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Digníssimo Público. -----

----- Permitam-me que particularize esta saudação aos Peticionários aqui presentes, é motivo de satisfação e regozijo para qualquer bancada, e o Grupo Municipal do Partido Socialista, não foge a essa regra quando percebe que existe este exercício público de cidadania que só traz maior qualidade às relações que se estabelecem entre o Município da Cidade de Lisboa e os eleitores. -----

----- É evidente que aqui percebemos que existe algum ruído, e quiçá até problemas de comunicação entre os serviços do Município de Lisboa, e estes Peticionários. E é naturalmente uma matéria sensível e que nos levanta algumas reservas, mas daí a partirmos como eu já aqui ouvi para um levantamento de insinuações relativamente à

ética, à legalidade, aos princípios que norteiam, isso é um exagero, e não é aceitável em momento algum, menos ainda nesta Câmara!-----

----- A Senhora Deputada que eu respeito, do Partido Ecologista “Os Verdes” disse, e isto eu não posso deixar passar, não é aceitável para o PEV, não é aceitável que a Câmara Municipal de Lisboa, perdão, seja cúmplice dos interesses imobiliários. -----

----- Se tem alguma razão para o dizer tem local próprio para apresentar aquilo que entende que é uma queixa, ou aquilo que entende que não está a ser cumprido sob os princípios da legalidade. Levantar aqui insinuações, como foram levantadas é uma afronta para os agentes políticos, para os Eleitos, e a Senhora Deputada e o seu Partido não são exceção na responsabilidade que a todos nos move, e a todos nos toca.

----- Dito isto, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, queria dizer aqui algumas coisas relativamente a este projeto.-----

----- Nós já tivemos oportunidade, há dois dias a esta parte, nesta mesma Assembleia de debater o mesmo tema noutra espaço relativamente ao sistema de vistas, mas também tivemos da parte do Senhor Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com a responsabilidade no Pelouro do Urbanismo, no âmbito da 3ª Comissão, um compromisso firme, um compromisso firme da Cidade de Lisboa, e deste Executivo para que Lisboa seja mapeada no modelo 3D que, doravante permitirá que todos os projetos, que todos os PIPS (Pedidos de Informação Prévia), todos os processos de licenciamento, ou com intenção de licenciamento urbanístico da cidade de Lisboa tenham este modelo.-----

----- E este modelo vai permitir gerir as questões de impacto no momento da discussão pública, e é aqui que eu acho que os Peticionários poderão ter e é aqui se entende que os Peticionários poderão ter não só estes, mas outros, algumas razões para pelo menos levantar esta questão. -----

----- A discussão pública é um elemento fundamental, e todos os instrumentos que possibilitem uma melhor relação, uma melhor clarividência na análise, e observação destes temas é algo que só contribuiu para o diálogo, é algo que só contribuiu para a higiene política, e aquilo que eu assisti aqui há pouco aquilo que nós assistimos aqui, não foi um momento de higiene política, porque nós não podemos atirar pedras com a maior das facilidades que é esquecendo que nós todos temos um mandato político. -----

----- Permita-me também a Senhora Peticionária, e os Senhores Peticionários Subscritores, usufruindo um pouco também das minhas competências de arquiteto, não posso concordar com o tema e a referência “*a mamarracho*” àquilo que aqui se propõe.-----

----- Não consigo considerar que seja um “*mamarracho*” até porque aquilo que surge proposto acompanha a volumetria, a traça e a morfologia do Bairro de Alfama. -----

----- E, portanto, se em alguns casos poderá existir razão para que o termo “*mamarracho*” seja invocado, queiram-me permitir que eu no uso das minhas competências, e terei algumas por certo profissionalmente, não consiga acompanhar aquele que é a designação que aqui a Senhora Peticionária teve, respeitando naturalmente a sua opinião.-----

----- Há uma coisa e vou terminar, que eu gostaria também de dizer, é que a cidade não pode ficar estagnada, ela não pode ser o museu de cera, que é aquilo que algumas pessoas aqui quando intervêm, alguns Deputados com responsabilidades parecem querer para a cidade de Lisboa. -----

----- A cidade de Lisboa tem de ter dinamismo, evidentemente que tem que também ter a regulação, agora não é lançando atoardas, e lançando quadros de desconfiança política e pública que conseguiremos construir uma cidade, que eu estou certo que, independentemente das diferenças que nos juntam e que nos separam em alguns momentos, todos queremos o melhor para a cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Senhor Deputado Rui Costa? -----

----- Pediu a palavra para? -----

----- Para um pedido de esclarecimento? -----

----- Senhor Deputado, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Senhor Deputado Miguel Teixeira, tive muito gosto em ouvi-lo, e tive muito gosto em ouvi-lo a defender a participação e a discussão pública dos projetos. -----

----- Como deve saber não era prática comum até esta composição político-partidário da Câmara, porquanto antes a maioria deles era decidida individualmente no gabinete, e pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, não iam sequer à reunião de Câmara designadamente quando estava em causa o património histórico. -----

----- Mas sentindo-me de alguma forma tocado com, sentindo-me de alguma forma... é importante Senhor Deputado Manuel Lage, é muito importante e vai ver a seguir. ----

----- Mas senti-me de alguma forma tocado com a sua classificação de que não queremos um museu da cera em Lisboa, perguntar-lhe-ia só se para não termos esse museu de cera em Lisboa, e essa cidade enfim, essa cidade imutável, se está disposto o Senhor Deputado Miguel Teixeira, em nome da liberdade de criação artística dos arquitetos a ter uma espécie do museu dos horrores em Lisboa, é que já vimos o “Mono do Rato” e já vimos muito mais. -----

----- E era esse o esclarecimento que lhe queria pedir.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, palavra ao Senhor Deputado Miguel Teixeira para responder se assim o entender.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----  
----- Senhor Deputado Rui Costa com o respeito que merece e com a diferenca, eu creio que provavelmente não terei sido claro, e não terei tido a capacidade de explicar àquilo que me referia quanto ao museu de cera da cidade de Lisboa.-----  
----- É tão simples quanto isto.-----  
----- Eu não consigo acompanhar, não consigo entender que a cidade fique estatizada, parada, sem capacidade de evoluir. E eu fui claro quando disse, compreendendo que possa não ter sido tão claro quanto possível, eu volto a repetir, entendo que a cidade não deve ficar parada, que a cidade deve ser dinâmica e que existem órgãos, e organismos e instituições, e a capacidade de cada um de nós para regular a cidade de Lisboa, errar todos erram! -----  
----- Sabe quem é que não erra Senhor Deputado?-----  
----- Aqueles que nunca fizeram nada! -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado. -----  
----- Senhores Deputados, vamos prosseguir.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Deputados e demais pessoas presentes. -----  
----- Eu, efetivamente, não pensava falar embora agradeça a Petição que os Senhores Peticionários apresentaram à 3ª Comissão e nesta Assembleia, não é propriamente sobre a Petição em si que eu vou falar mas sobre a falta de resposta da Câmara.-----  
----- A minha intervenção versa principalmente sobre a falta de resposta da Câmara aos requerimentos e pedidos de informação, quer dos Peticionários, das Comissões e dos Deputados. -----  
----- Portanto, foi com alguma perplexidade que mais uma vez constatamos e constatei a indignação de quem necessita de informações da Câmara, inclusive a postura anómala do Senhor Presidente Fernando Medina, que a fazer fé no que foi aqui dito pela representante dos Peticionários existe discriminação dos munícipes na parte que concerne a ser morador na Rua do Paraíso, sendo irrelevante ser freguês da Freguesia de São Vicente, ou ser um munícipe da Cidade de Lisboa.-----  
----- Note-se a necessidade dos Peticionários de proporem através do Tribunal Administrativo, o processo de intimidação, para que lhes sejam entregues documentos, portanto, temos aqui no âmbito do artigo n.º 268 da Constituição da República Portuguesa o direito à informação procedimental, segundo o qual e passo a citar “*os cidadãos têm o direito de ser informados pela administração sempre que o requerem*”, atende-se também o normativo do artigo n.º 82, 86 do Código de

Procedimento Administrativo, segundo o qual, estes artigos, a administração, seja local, ou central, têm que dar num prazo de dez dias, toda a informação a quem o requeiram.-----

----- Posto isto, só venho aqui falar, para mais uma vez verificámos a inércia desta Câmara na parte que respeita a dar conhecimento, seja a quem for, isolando-se num orgulho “*de quero, posso e mando*” e daí não passa.-----

----- Tenho dito!-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados, Senhoras Peticionárias.-----

----- Já na última sessão frisámos a frequência com que recebemos, analisamos e discutimos aqui petições de munícipes sobre projetos urbanísticos que atentam contra a vivência, o bem-estar, o património, a segurança, o dia-a-dia da nossa cidade.-----

----- A opção política vigente no urbanismo, e deve ser política por muito que nos tentem convencer que se limita a cumprir e aplicar leis, tem sido a permissividade às entidades privadas que compram o imobiliário na cidade, transformando, rentabilizando de forma bastante choruda muitas das vezes, à custa de muito do que torna Lisboa uma cidade única e especial, mas que se vai transfigurando e convertendo em cada vez mais igual a tantas outras cidades.-----

----- Na tentativa de criar espaços de luxo que atraiam quem vem de fora com o poder de compra que esses mesmos passes, exigem desagregam-se bairros, aniquila-se património, apaga-se o carácter alfacinha mesmo que cumpram com as regras do PDM que temos, ou que não ultrapassem os limites legais estabelecidos.-----

----- A verdade é que há muitos projetos imobiliários que estão a transformar a paisagem urbana de Lisboa para pior.-----

----- Mais uns corajosos munícipes assumem a afronta contra a já recorrente “Stone Capital”, nome tantas vezes ouvido quando o projeto é polémico, generalizadamente contestado e de difícil acesso e conhecimento prévio, trazendo aqui a esta Petição que se opõe à descaracterização dos bairros mais fustigados pelas consequências nefastas do turismo, Alfama e Santa Clara.-----

----- Hoje não falamos de hordas de turistas vindos de cidades ambulantes que aportam ao Jardim do Tabaco, e varrem as pequenas ruas de Alfama, nem da incapacidade de manter limpo um bairro, que muitos milhares de passeantes não cuidam, nem respeitam quando usufruem.-----

## DRAFT

----- O cerne desta Petição tem a ver com mais um projeto que trará novos edifícios no antigo estacionamento do extinto e alienado Hospital da Marinha, e que trarão mais trânsito, mais poluição e alteração das vistas. -----

----- Um enorme edificado que irá aterrar entre o Panteão, que é Monumento Nacional, e a Estação de Santa Apolónia, pertinho da Feira da Ladra, mais um ato criativo do imobiliário em Lisboa, a que insistimos em não nos habituar. -----

----- A Recomendação da 3ª Comissão sobre esta Petição é também, e já dissemos algo semelhante há dois dias atrás quando votámos aqui a do Miradouro da Senhora do Monte, totalmente inócua. -----

----- Iremos abster-nos na sua votação, já que não há nada a apontar a nenhum dos seus pontos, mas o problema é que não havendo oposição, também não apresenta esta recomendação qualquer censura a estes processos, não apresenta quaisquer medidas efetivas para travar processos, não pretende no fundo, contribuir para transformar a forma como estas coisas se processam continuamente. -----

----- Diz a Recomendação, *“devem ser acautelados mecanismos, devem, se possível ser desenvolvidos processos de consulta pública, deve a Câmara desenvolver um modelo digital.”* -----

----- São boas intenções, mas nada mais!-----

----- O ponto do modelo digital permitiria seguramente uma intervenção por parte da Câmara, ou como o Grupo Municipal do Partido Socialista fez na passada terça-feira, e hoje novamente, sobre a extraordinária bondade de se criar este mecanismo 3D. -----

----- E enquanto se falar do que a Câmara irá ter no futuro, não precisaríamos de debater que projetos a Câmara está a aprovar agora, e que consequências os mesmos têm para os bairros, para as populações, para a cidade. -----

----- Aos Peticionários gostaríamos de congratulá-los pela força e tenacidade demonstradas, e informamos que o PCP não votou contra este projeto pela simples razão que ele não foi levado à discussão com todo o Executivo na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Vereador do Urbanismo escuda-se, no facto de não ser obrigado a levar estes projetos à aprovação para efetivamente não o fazer, mesmo quando poderia fazê-lo, mesmo quando são questões de urbanismo com um impacto enorme na paisagem, nos moradores, na cidade e que deviam ser discutidos por todas as forças políticas na Câmara Municipal, mas não!-----

----- Uma palavra ainda sobre a questão do acesso à informação sobre este tipo de projetos na Câmara. -----

----- Ficaram bem patentes, os obstáculos levantados aos Peticionários ao longo destes meses a que conseguissem saber o que era efetivamente o projeto, em que consistia, etc.-----

----- Partilhamos convosco estas dificuldades. -----

----- A Vereadora do PCP, Ana Jara teve que ir pessoalmente ao Departamento de Projetos Especiais para conseguir um mínimo de informação, quanto todas as formas existentes e naturais para obtenção de essa informação se viam logradas. -----

----- Se uma Eleita do Município, Membro do Executivo vê obstaculizado desta forma o acesso à informação, como conseguirão os munícipes? -----

----- Assim, estamos hoje ao vosso lado no protesto contra mais hotéis, mais condomínios de luxo, mais alojamento local, em zonas da cidade que precisavam e mereciam recuperação e restauro, mas sem ser à custa de atentados ao património. -----

----- Zonas que precisavam e mereciam medidas para que a população autóctone pudesse ficar a viver com qualidade, zonas que precisavam de habitação pública acessível e que a Câmara tem um papel a cumprir, não pode ser um mero gabinete administrativo que licencia porque o projeto cumpre, tem que estudar, planear e procurar que o imobiliário venha a responder a necessidades das populações. Não são estes edifícios que vão contribuir para estes objetivos, que vão contribuir para a cidade a que todos temos direito. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, e vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Andrade do Bloco de Esquerda”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade, (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas aqui presentes.-----

----- O Bloco de Esquerda gostaria de começar esta intervenção por saudar os Peticionários e as Peticionárias aqui representados, pela Catherine, e por saudar a iniciativa cidadã que estas pessoas tiveram em defesa da sua cidade, e denunciando os impactos deste projeto urbanístico na parte histórica da cidade.-----

----- Efetivamente ainda na sessão passada, portanto, na terça-feira passada aqui discutimos nesta Assembleia uma outra petição, sobre um outro projeto urbanístico também situado nesta Freguesia que a ir avante terá consequências muito negativas sobre um dos miradouros da cidade, designadamente o Miradouro da Senhora do Monte. -----

----- Esta Petição é, consideramos nós, um sinal de que a cidadania está viva e atenta às mudanças que ocorrem na cidade, é também um sinal de que os processos urbanísticos precisam de ser mais discutidos com os habitantes da cidade.-----

----- Promovendo apresentações, e sessões de esclarecimento e possibilitando aos cidadãos o acesso a toda a informação para impedir impactos como os que estão previstos neste projeto imobiliário, e que terão consequências na qualidade de vida dos moradores desta zona da cidade.-----

----- Gostaríamos de acrescentar que nos parece fundamental que os cidadãos possam ter mais facilmente acesso aos projetos em discussão, e que estes sejam claros e transparentes, e se isto é algo com o qual todos conseguimos estar de acordo, parece-nos um pouco surpreendente que assim não seja. -----

----- O conjunto de dificuldades a que estes moradores foram sujeitos para poderem aceder a estes processos, seja por que motivo for é algo que nos deveria envergonhar a todos, e que consideramos que não deve acontecer, creio que um espaço que deva ser democrático e transparente deve permitir que os cidadãos de uma forma democrática e transparente, e convenhamos sem ter que envolver advogados, possa permitir que as pessoas interessadas possam aceder a esses processos. -----

----- E isto parece-nos bastante evidente, e que consideramos que o caminho deve ser feito no sentido de aí se chegar.-----

----- Gostaríamos também de referir que foi mencionado pelo Senhor Deputado Relator, que se encontra no *site* da empresa, portanto, designadamente da “Stone Capital” que se encontra a referência às informações sobre este projeto. -----

----- Na verdade aquilo que se encontra na página da “Stone Capital” são oito fotografias, bastante anódinas, sobre as excelentes vistas de Lisboa, e a indicação de que aqui existirão cem apartamentos, convenhamos é algo com impacto pelo menos mínimo numa zona da cidade, jardins, zona *lounge* e piscina, portanto, talvez faça algum sentido efetivamente que os cidadãos queiram perceber qual é que é o impacto que isto vai ter nas suas vidas. -----

----- Relativamente a uma outra questão que aqui foi apontada, e que talvez tenha que ver com uma questão de gosto, que é a questão deste edifício ser ou não um “mamarracho”, costuma-se dizer “*que os gostos não se discutem*”, no entanto, talvez seja exatamente o contrário, os gostos precisamente, porque são individuais e têm impacto na vida coletiva podem, e devem ser discutidos e, portanto, se é um conjunto de pessoas que consideram que este edifício é um “mamarracho”, elas têm direito a considerá-lo, e a adjetivação dos espaços deve ser permitida, e não alvo de contestação num espaço comum como este. -----

----- Por fim, gostaríamos novamente de saudar a iniciativa cidadã que estas pessoas e estes cidadãos estiveram, e reiterar que se este é um espaço da democracia, e se todos queremos e desejamos que os cidadãos possam participar na cidade, e na evolução da cidade, e se queremos uma cidade viva e não uma cidade que seja museu de cera, isso consegue-se com a participação das pessoas e não alienando a participação dessas pessoas, ou adjetivando-a negativamente.-----

----- Portanto, louvamos a iniciativa destas pessoas, e de todos os cidadãos que participam na cidade, para que ela seja um espaço vivo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

## DRAFT

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Queria obviamente, em primeiro lugar, saudar as Peticionárias e todos os Peticionários que subscreveram este documento, por este ato cívico que nos ajuda sempre a melhorar aquilo que é a nossa intervenção na cidade e a construção de uma melhor Lisboa. -----

----- Sobre os temas que nos trazem e começando logo pela questão do sistema de vistas, e como já foi aqui dito, o sistema de vistas tem ângulos específicos do qual ele é medido, o seu raio, o seu ângulo, e portanto, daquilo que foi a leitura do sistema de vistas, a edificação na Rua do Paraíso junto ao espaço onde estava a câmara hiperbárica não interfere com esse sistema de vistas. Contudo, são suposições, porque tanto como os Peticionários, e como os Deputados, nós só tivemos acesso àquilo que são fotomontagens que veem nos jornais, porque até hoje não tivemos qualquer informação fidedigna clara e objetiva por parte da Câmara Municipal no que diz respeito ao projeto. -----

----- Depois, as questões de salvaguarda arquitetónica, patrimonial e histórica. -----

----- Nós estamos a falar do Hospital da Marinha, nós já aqui votámos uma proposta de alteração simplificada ao PDM e na altura, fizemos um levantamento daquilo que tem interesse histórico e patrimonial dentro do Hospital, e portanto, essa questão está salvaguardada. -----

----- Contudo, e no caso destes edifícios em zona histórica a própria DGPC vai ter que, no âmbito do licenciamento urbanístico se pronunciar sobre a salvaguarda desses mesmos documentos. -----

----- Depois há uma questão que é levantada pelos Peticionários, e que não foi aqui referida por nenhum Senhor Deputado, mas foi pelos Peticionários, que é a questão do trânsito. -----

----- Nós estamos a falar de uma zona que já é muito fustigada pelo trânsito a Rua do Paraíso em particular, porque há estacionamento indevido de um dos lados da rua, temos um lado tarifado, temos outro lado com estacionamento indevido, embora tenha pilaretes, mas a verdade é que temos já um trânsito congestionado, os próprios transportes públicos, em particular a Carris, têm dificuldade a passar, e obviamente, com a criação de mais um espaço ali com serviços de habitação e de hotelaria vai criar mais problemas. Mas, para isso, os serviços da Câmara terão que fazer o devido ordenamento daquela zona, e poderiam começar desde já, como nós já reclamamos há vários há vários anos, pelo ordenamento da Feira da Ladra que tarda em chegar. -----

----- E, portanto, penso que é uma questão que é importante, e que não tem vindo a ser referida mas que terá um impacto enorme naquela zona. -----

----- Por fim, voltamos a uma questão que já foi aqui reiterada várias vezes nas petições, e que diz respeito à falta de informação. -----

----- Não são só as Senhoras Peticionárias que, no âmbito daquilo que são os direitos que a Lei vos dá e os regulamentos municipais, não tem acesso à informação, nós próprios, não é de estranhar que esta Assembleia Municipal tenha recebido a vossa Petição em outubro, estejamos a oito meses depois a discutir um parecer. -----

----- Não foi também por inércia deste Assembleia Municipal, foi sim por termos decidido aguardar por respostas concretas por parte da Câmara, que só chegaram sete meses depois e, mesmo assim, como vos disse no início, não temos acesso ao processo urbanístico e, portanto, não vos podemos também informar muito porque não temos uma base objetiva sobre este processo.-----

----- Agora, este é um problema que tem de ser atacado como a maior rapidez possível, tem que haver sessões públicas sobre estes projetos que têm um impacto direto nas comunidades locais, quer se concorde com eles, quer não se concorde.-----

----- Também é importante dizer relativamente àquilo que é a retirada da luz natural, nós estamos a falar de uma rua que é uma das ruas mais largas, tendo em conta a largura normal daquele que é o casco histórico, mais largos da zona, entre Alfama e São Vicente e, efetivamente, se olharmos para o sistema de vistas, o sistema de vistas naquela zona é cumprido, obviamente, para quem é morador naquela zona vai retirar a luz natural, mas se olharmos para os regulamentos municipais e em particular aquilo que está previsto no sistema de vistas que faz parte integrante do PDM, a verdade é que ele mesmo é salvaguardado.-----

----- E digo, salvaguardado com base naquilo que é a informação que está disponível e, portanto, há muito a trabalhar ainda em particular, eu acho que este é o ponto principal e onde devemos colocar o foco, não só nesta Petição, mas noutras é o acesso à informação.-----

----- Nós como Eleitos pedimos à Câmara, não temos acesso à informação, a Comissão mais de meio ano pede os dados e não tem acesso à informação, e vocês também enquanto Peticionários, seja como como assistentes do que aqui nos relataram, e tendo boa-fé nas vossas palavras, mas também através daquilo que é a aplicação do CPA (Código de Procedimento Administrativo), que têm direito em dez dias úteis a receber resposta, também, não é cumprido.-----

----- E portanto, a Câmara deve também junto destes promotores promover sessões públicas, sessões de esclarecimento sobre aquilo que é verdadeiramente o projeto, e aquilo que podem ser os impactos, e também receber nessas sessões públicas aquilo que é a opinião dos moradores, a opinião dos comerciantes, e de todos aqueles que estão interessados naquele projeto, porque isso pode vir tal como aqui hoje, nós achamos que pode acontecer trazer mais-valias, e melhorias aos projetos que são apresentados para a nossa cidade.-----

----- E, portanto, termino mais uma vez, agradecendo e reconhecendo a importância da participação nos cidadãos naquilo que é os desígnios da nossa cidade.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Tenho a indicação de que o Senhor Deputado Miguel Graça quer fazer um pedido de esclarecimento, ao Senhor Deputado Diogo Moura.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Queria perguntar ao Senhor Deputado Diogo Moura, eu não estava a pensar em intervir, aliás, eu fui Relator desta Petição e tentei transmitir fielmente o que foi passado nas reuniões de Comissão, nas respetivas audições, e também, relativamente, ao projeto em si.-----

----- Obviamente, que muitas das coisas que disse o Senhor Deputado Diogo Moura fazem imenso sentido, são exatamente plasmadas no relatório da Petição, mas houve uma coisa que disse que eu não entendi, que foi que não teve acesso ao projeto! -----

----- O projeto, e todas as informações relativas a ele, estiveram presentes nesta Assembleia Municipal na sala de consultas, e portanto, se o Senhor Deputado não teve acesso é porque não foi lá ver! E isto é extremamente importante referir. -----

----- Eu fui como Relator da Petição, mas também como Deputado Municipal, e inclusivamente achei que como Relator da Petição, devia colocar em anexo a memória descritiva do projeto, onde não só vêm as suas características, como vêm as maquetes onde exatamente se percebe, onde é que estão os dois edifícios, estes dois projetos e de que forma eles impactam. -----

----- Portanto, independentemente do que estamos aqui a falar, de que é uma questão extremamente importante, a consulta pública e o acesso aos projetos é extremamente importante é uma matéria muito séria, mas não me parece que o Senhor Deputado possa fazer essas declarações nesta Assembleia Municipal, onde sempre houve, e sempre tivemos acesso à informação por parte Câmara. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Deputado Diogo Moura tem a palavra para responder. -----

----- Desculpe não era um pedido de esclarecimento?-----

----- Então, Senhor Deputado Luís Newton, o Senhor Deputado Miguel Graça pediu a palavra para interpelar o Deputado Diogo Moura, ele responderá se assim o entender! -

----- Se entender que não foi interpelado para nada di-lo-á. -----

----- Mas é a pessoa a quem foi dirigido o esclarecimento que tem que dizer se o considera ou não.-----

----- Desculpe, mas é esta a interpretação da Mesa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- O que eu digo é que, e aliás, faz parte integrante do Relatório desta Petição os documentos que foram remetidos pela Câmara.-----

----- O que eu digo ao Senhor Deputado, aliás, do sistema de vista daquilo que eu vi o Senhor Deputado é arquiteto, eu não sou, portanto, há coisas que percebe eu poderei não perceber, mas daquilo que vi até disse que eu acho que aquilo que é invocado pelos Peticionários é respeitado naquilo que é o sistema de vistas. -----

----- Agora há determinados elementos nesta memória descritiva que faltam, faltam no resto do processo, e que não me dá a possibilidade de poder aferir alguns dos erros ou melhor, algumas das críticas que são apresentadas aqui pelos Peticionários.-----

----- Mas também lhe devo dizer, com todo o respeito, que ainda anteontem votamos aqui um parecer que dizia exatamente que a Câmara não envia informação, e, portanto, isso é reiterado em várias petições, é reiterado em várias petições, e informação suficiente para que nós percebamos aquilo que são os elementos constituintes do projeto e isto acontece, como o que aconteceu com a Portugália, aconteceu com uma petição tivemos aqui sobre o Miradouro da Senhora do Monte e, portanto, há uma clara ausência de informação.-----

----- E não sou eu que lhe digo, são os pareceres, aliás, e volto a lembrar a nossa Assembleia Municipal de há dois dias, onde exatamente era feito esse pedido à Câmara em jeito de recomendação, e é declarado quer nos considerandos, quer na parte conclusiva que há uma ausência de informação atempada.-----

----- Que por um lado não nos deixa analisar de forma criteriosa os processos, mas que também por outro lado, nos impede de responder em tempo útil, ou o tempo desejável aos Peticionários e, por isso é que, neste caso estamos a responder com oito meses e na petição de há dois dias respondemos com nove meses de *delay*.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Alguém pediu a palavra mais?-----

----- Não!-----

----- Muito bem.-----

----- Então vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Senhores Peticionários, Imprensa e Público em Geral.

----- Tem aqui sido bastante referido a questão da informação, isto é uma questão capital, porque, supostamente, e é isso que nós jurámos fazer, faz parte das nossas missões fazer a fiscalização dos atos e das ações da Câmara.-----

----- Ora, se nos é dificultado de alguma forma a visualização, ou a consulta dos processos urbanísticos, dos desenhos, ou nos é enviado, nem sempre, mas, de vez em quando, para uma salinha para termos quatro ou cinco dias para ver, isto é uma limitação, quer se goste quer não, é uma limitação às nossas funções e, portanto, já várias vezes foi referido que os processos devem ser digitalizados e termos completamente acesso aos processos.-----

----- Portanto, nós devemos poder ver processos e desenhos, para podermos fazer a nossa missão, e podemos dar resposta aos senhores peticionários que muito bem continuam e insistem, e espero que continuem a fazê-lo a trazer-nos estas questões da cidade. -----

----- Isto estou a falar independentemente da questão das vistas, e da questão do cumprimento do PDM, mas há, pelo menos uma questão quase Kafkiana relativamente à forma como a Câmara se relaciona com os cidadãos, e os processos de consultar os vários documentos que não pode continuar. E isto já foi falado várias vezes é repetitivo, mas eu até sugeria que se fizesse uma equipa de missão, que a Câmara fizesse uma equipa de missão para lidar com este problema, porque recomendação atrás de recomendação, mandato atrás de mandato e nós continuamos a dizer as mesmas coisas, e a Câmara continua a não fazer as mesmas coisas. -----

----- E em relação ao modelo digital, eu devo lembrar que estou à espera, eu não, a cidade, estamos à espera de um modelo também de *software* que era o modelo do arvoredo na cidade de Lisboa, que foi prometido, já vai quase para três anos, e que supostamente era uma coisa, supostamente não, era uma coisa que podia ser feita em seis meses, e já lá vão três anos, e continuamos a ter problemas do arvoredo que não podemos responder às pessoas, porque toda a boa vontade que colocámos em gizar uma solução que continha este modelo do arvoredo, continua a não ser possível porque o modelo do arvoredo não aparece. -----

----- Portanto, eu não sei quando é que o modelo tridimensional vai aparecer. -----

----- Vamos olhando para o *Google* onde já se pode ver alguma coisa, mas eu espero que realmente este modelo 3D não se transforme mais uma vez numa questão do modelo do arvoredo, e que realmente as coisas possam ser facilmente visualizáveis, e serem visualizáveis *on-line* para que os Senhores Deputados e os Senhores Peticionários possam ver aquilo que lhes interessa ver e não ter que fazer um requerimento à Câmara, e serem passados de funcionário a funcionário, para poderem ver uma coisa que devia ser de consulta imediata e de fácil acesso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada. -----

----- Era só para responder aqui de uma forma muito rápida ao Senhor Deputado Miguel Teixeira, e dizer que “Os Verdes” mantém tudo aquilo que disseram e é inaceitável tanto a falta de transparência que a Câmara tem mostrado em relação a vários processos, como os próprios projetos vários deles têm sido aprovados pela

Câmara, e o Executivo tem o dever de defender a cidade e os cidadãos e não é isto que tem acontecido e, portanto, as coisas têm que ser ditas, e tem ser chamadas pelos nomes e foi isso que “Os Verdes” fizeram e voltam a fazer sempre que for necessário.-----  
----- E depois também não é o Senhor Deputado que decide o que é que “Os Verdes” dizem, nem a forma como o dizem, as coisas têm que ser ditas, e da nossa parte continuarão a ser ditas.-----

----- E a verdade é que a postura que a Câmara tem tido em relação aos promotores privados e em relação aos cidadãos, a boa vontade que mostra para uns e que não mostra em relação a outros é bastante diferente e isto tem que ser dito.-----

----- E por fim, também dizer que não somos só nós “Os Verdes” que levantamos estas críticas, e que apresentámos estas críticas, aliás, as várias petições sobre estas matérias provam isso, a não ser que o Partido Socialista considere que os cidadãos estão todos errados, e só o Partido Socialista e o Vereador Manuel Salgado é que estão corretos.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- Senhor Deputado, faz favor tem a palavra para a defesa de honra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Bom, Senhora Deputada, com o maior respeito que lhe tenho sabe que é verdade, permita-me só que lhe diga, antes que defenda a minha honra o seguinte.-----

----- Não tenho, nunca tive, nem terei, não tenho a expectativa nunca de falar pelos “Os Verdes”, nem de integrar o Partido Ecologista “Os Verdes” para que fique claro.-----

----- Em segundo lugar, Senhor Deputada, só lhe vou dizer isto, porque a Senhora Deputada, e podemos consultar as gravações, hoje em dia também temos esse instrumento.-----

----- A Senhora Deputada disse o seguinte: “*que o PEV*”, e é isso que não consigo considerar ser aceitável, e pergunto-lhe se Senhora Deputada mantém?-----

----- Se considera aceitável que o PEV diga “*que a Câmara Municipal de Lisboa é cúmplice dos interesses imobiliários?*”-----

----- Foi isto que a Senhora Deputada disse, ouvimos todos nesta sala, e não pode desmentir, porque existem gravações para esse efeito.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, não sei se alguém quer reagir a esta defesa da honra, senão ficamos por aqui, julgo que não está mais ninguém inscrito.-----

----- Ainda está mais uma pessoa inscrita faz favor dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Peticionários agradecer-vos o empenho na defesa da cidade e dizer, como já aqui disse noutras circunstâncias que é sempre bom ver cidadãos não-nacionais que decidem viver em Portugal, que exercem o direito de petição ao abrigo daquilo que lhes é facultado pela nossa Constituição e virem defender a nossa cidade, por vezes, de uma forma mais afincada do que os próprios que aqui nasceram e cresceram. -----

----- E em segundo lugar, dizer o seguinte é a segunda vez esta semana, a segunda vez esta semana, que se fala aqui em interpretações, relativas ao sistema de vistas, e é a segunda vez esta semana que vejo por exemplo o Senhor Deputado Diogo Moura, vir dizer que enfim, há um problema, e há aqui uma interpretação defensável do Senhor Vereador Manuel Salgado em relação ao sistema de vistas.-----

----- Eu quero lembrar uma coisa o Plano Diretor Municipal tem uma natureza regulamentar e é aprovado por esta Assembleia Municipal. -----

----- Nessa medida, as interpretações autênticas do Regulamento do Plano Diretor Municipal competem nos termos da Constituição, e do Código de Procedimento Administrativo a esta mesma Assembleia Municipal.-----

----- Eu tenho estado afastado dos trabalhos das Comissões com carácter de obrigatoriedade em função da polémica que é de todos conhecida, e até que seja resolvida, não voltarei a participar com carácter de regularidade, quando o fizer, e se o fizer na 3ª Comissão, cumprirei com o meu dever de propor soluções para isto. -----

----- A 3ª Comissão lamento imenso e com todo o respeito que tenho pela 3ª Comissão, e pelos elementos que a compõem têm também que se pronunciar sobre esta matéria. Se há uma divergência sobre a interpretação regulamentar da questão das vistas e ela tem de ser dirimida e decidida por esta Assembleia que é o órgão com competência para a aprovação das normas regulamentares, e isso não se pode escamotear, senão nenhum dos Senhores Deputados, da esquerda à direita estará a cumprir cabalmente o seu papel.-----

----- E eu repito, vou às reuniões de Comissão ao abrigo do direito regimental que me é conferido, mas é uma questão que quero ver resolvida quanto antes, e esta questão da servidão de vistas e das interpretações não serve as interpretações dos serviços, e do Senhor Vereador Manuel Salgado, serve a vontade soberana desta Assembleia. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, pergunto se há mais inscrições, penso que a Câmara tinha pedido a palavra, naturalmente, o Senhor Vice-Presidente tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito boa tarde a todos. -----

----- Uma primeira palavra para saudar os Peticionistas que fazem aquilo que é o seu direito, e eu diria em alguns casos, o seu dever de quando não concordam apresentarem os seus motivos, e apresentarem aos órgãos próprios as suas razões, para podermos ponderar aquilo que são as suas razões.-----

----- Dito isto, gostava de me centrar para começar na questão da informação. -----

----- Foi dito aqui que há uma decisão pessoalizada sobre este tema, eu vou-me centrar neste tema porque eu gosto pouco de generalizações e de acusações que servem para tudo e para nada, e depois como não são concretas não podemos agir sobre elas. -----

----- Mas sobre esta questão em concreto, que este é um assunto que é tratado por uma pessoa no seu gabinete com o seu livre arbítrio. -----

----- Recordo a Senhora Deputada dos “Os Verdes” que o Senhor Vereador Manuel Salgado, como muitos dos outros Vereadores atuam sobre esta matéria, porque está uma competência delegada! -----

----- Ou seja a todo o momento, o PCP, por exemplo, com quem não são exatamente a mesma coisa, mas tem uma afinidade, o PCP pode pedir na Câmara para não haver aquela delegação de competências, votar contra ela, e até mesmo, sobre este processo em concreto pedir avocação do processo à Câmara, para a Câmara o reanalisar. -----

----- Portanto, eu não percebo essa sua conversa sobre a falta de informação, até porque ficou aqui claro, que nomeadamente a Assembleia, que essa coisa, aliás, que fiquei estupefacto, como é que os Senhores Deputados do CDS conseguem dizer, que ficando evidente que só não viram o processo porque não quiseram. Depois resolvem generalizar, porque as petições, porque as intervenções, porque o público em geral, porque... -----

----- Não, convém especificarem as situações! -----

----- Como nesta lhes correu mal, como nesta lhes correu mal, mas é evidente que nesta lhe correu mal! -----

----- O Senhor não foi lá ver!-----

----- Estava lá disponível para si e para todos os Deputados! -----

----- Se o Senhor não foi lá ver porque não quis! -----

----- E agora vem aqui como “virgem ofendida”, e agora vem aqui fazer o papel de “virgem ofendida” que não pôde ver!-----

----- Como é que é possível? Mentiu a esta Assembleia! O Senhor pôde ver, como todos os Deputados puderam ver! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vice-Presidente, eu peço um pouco de contenção nas palavras, porque não pode acusar os Senhores Deputados de mentirosos, portanto eu peço um pouco mais de atenção.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu acho que ficou evidente, acho que ficou evidente Senhora Presidente, que podemos dizer de facto, de outra maneira.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então por favor diga de outra maneira que é melhor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas baixo nível é acusar as pessoas de falta de transparência quando tinha acesso à informação, e que tentou aqui iludir-nos a dizer que não!-----

----- Isso é que é baixo nível, percebe, isso é que é baixo nível!-----

----- Mas, de facto, não vale a pena, porque o CDS tem, de facto, uns objetivos.-----

----- Como tem dificuldade em falar sobre esta matéria, quis, de facto, ser populista, mas saiu-lhe mal. É o que aqui aconteceu que, aliás, tem sido usual.-----

----- Eu diria que sobre esta matéria, e ficou aqui muito claro que a informação estava toda, foi toda disponibilizada só não viu quem não quis.-----

----- Depois há outra questão que é, estamos a falar de alguma ilegalidade? Foi violada alguma legislação? Foi violado algum regulamento? Foi violado o PDM?-----

----- Então digam onde, quando, quando é que foi, que normas é que foram violadas que é para podermos corrigir essa situação.-----

----- Se isso não aconteceu, mas se os Senhores não concordam com alguma Legislação Nacional, então proponham na Assembleia da República mudanças à Legislação como, aliás, temos um bom exemplo com resultados muito positivos aqui nesta Assembleia, que é a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que tendo feito todo um percurso sobre habitação, resolveu tirar-se dos seus cuidados e do seu conforto, foi para a Assembleia da República e conseguiu ela e mais alguns Deputados, com grande esforço aprovar agora ainda em Comissão, mas suponho eu que virá brevemente no plenário, uma Lei de Bases da Habitação.-----

----- Portanto, os Senhores se quiserem mudar coisas, podem pegar no tema que quiserem e utilizar os vossos Deputados para mudar a Legislação Nacional.-----

----- Mas ainda podemos aproximar mais essas mudanças que é existem regulamentos municipais, existe o PDM, não estão de acordo, precisam que haja uma mudança, em vez de atirarem alvelos sobre tudo e todos, peço desculpa Senhora Presidente vou já terminar. Então em concreto proponham alteração de normas, proponham essa alteração e nós aqui vamos analisá-las e vamos ver, se estaremos de acordo ou não sobre elas!-----

----- Nós estamos a preparar uma alteração ao PDM, mas se os Senhores têm pressa e se acham que há coisas que têm que ser mudadas, então digam, acelerem, ponham isso em cima da mesa, vamos analisar.-----

----- Agora generalizações, estamos do lado dos promotores, estamos a fazer cúmplices os promotores, são inaceitáveis, são inaceitáveis, repito, e eu não quero que nenhum nome esteja colado a nada disso!-----

----- Portanto se quiserem acusar a mim de alguma coisa em concreto, que faço parte da Câmara Municipal, digam em concreto onde é que eu falhei, que eu serei o primeiro a vir aqui a pedir desculpa sobre essa matéria.-----

----- Não violando nenhuma regra, não violando nenhum regulamento, então não me ponham, não ponham um anel sobre toda a gente, que isso é mau para a democracia e os Senhores prestam um péssimo serviço à democracia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura, pede a palavra para? -----

----- Para uma interpelação à Mesa, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, eu não vou fazer nenhuma defesa de honra, porque este estilo de falta de educação por parte do Senhor Vice-Presidente, em particular, o CDS já reiterado nesta Assembleia Municipal e também não vamos voltar a isto. -----

----- E portanto, o que eu gostaria de dizer é que, se calhar, seria melhor a Câmara Municipal...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado se quer fazer uma interpelação à Mesa é à Mesa que tem que perguntar o quê!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Então pediria à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, além de enviar a convocatória ao representante da Câmara Municipal, que por acaso é o Senhor Vice-Presidente, que lhe enviasse também os relatórios das várias petições que estão na Ordem de Trabalhos, porque todas elas acusam a mesma falta de informação. -----

----- E no caso desta Petição de hoje, estamos a discuti-la oito meses depois a informação chegou há um mês e meio e, portanto, é preciso que isso fique claro, mas é bom que o Senhor-Vice Presidente comece a ler os relatórios e as propostas que vem à Assembleia Municipal e emanados desta Assembleia Municipal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, o Senhor Vice-Presidente tem conhecimento dos relatórios e não está aqui a falar sem os conhecer, portanto, de qualquer modo não vale a pena estar-lhe a enviar aquilo que ele já conhece, e que está no *site* da Assembleia que está disponível para toda a gente. -----

----- A Senhora Deputada Natacha Amaro pediu a palavra para? -----

----- Para uma interpelação à Mesa, faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “A interpelação é no sentido de a Mesa poder reforçar se for possível que, de facto, depois da intervenção do Senhor Presidente, nós pensamos que ficou bastante claro na nossa intervenção, aquilo que pretendíamos com esta questão. -----

----- De qualquer forma para o caso de existirem dúvidas, e certamente existem depois do que ouvimos o Senhor Vice-Presidente dizer, gostaríamos de reafirmar que esta questão da disponibilização da informação não é de somenos e é lamentável que depois de ouvir tantas vozes hoje aqui a queixarem-se da mesma questão, insista que “só não viu quem não quis”. -----

----- Tivemos os Peticionários, eu própria referi o processo que a Vereadora Ana Jara passou na Câmara Municipal para conseguir perceber alguma coisa sobre este processo, e portanto, é lamentável que, apesar desses exemplos concretos, não generalizados, concretos, mesmo assim estas coisas foram referidas. -----

----- Só mais uma questão que tem a ver com as razões que foram apresentadas na nossa intervenção. -----

----- Nós nunca acusámos a Câmara, aliás, penso que até disse isso várias vezes na minha intervenção, que sabemos que não são ultrapassados os limites legais, nem da construção, nem dos metros quadrados, nem disto nem daquilo, nem daquilo, nem de aqueloutro, o problema aqui não é legal, o problema aqui é político, porque o PDM que nós temos atualmente, e nós aqui mesmo já falámos várias vezes sobre a questão do PDM, e já apresentámos propostas nesse sentido, inclusivamente sobre a reabertura do processo, porque entendemos que o PDM que temos hoje não serve...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, eu pedia-lhe que fosse direta à interpelação tem o seu tempo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Vou terminar, vou mesmo terminar. -----

----- Esta questão, não é legal, e nós não fizemos nenhuma acusação no sentido de ter sido feito a aprovação ilegalmente, ou de forma ilegal deste projeto, a questão aqui é política, não são só o cumprimento das regras do PDM, que interessa há mais coisas que interessam quando falamos de urbanismo e da cidade. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada.-----

----- Senhores Deputados, seguramente faz parte das minhas funções procurar que os Senhores Deputados tenham acesso a toda informação da maneira mais simples e cómoda possível, acontece que aquilo que foi aqui dito pelo Senhor Deputado do PAN no sentido de digitalizar todos os processos está longe de ser uma realidade prática na Câmara de Lisboa, nem posso, portanto, assegurar que a Câmara o vai fazer uma vez que isso não existe, e grande parte dos processos, apesar de haver muitos incentivos à sua digitalização, são em papel. -----

----- Também grande parte dessa papelada toda que constitui os processos, não é relevante para a apreciação da arquitetura e das informações dos serviços que é o que nos interessa a nós, e portanto, talvez se possa chegar a uma solução de tornar mais acessíveis os documentos que têm a ver com a arquitetura, que têm a ver com a implantação do edifício, com o impacto que ele tem na zona, e com os pareceres que os serviços e as várias instituições deram sobre isso, seguramente chamarei à atenção do Senhor Presidente da Câmara para isso, para saber o que podemos fazer. -----

----- Mas quero também dizer, que não me parece, que seja exequível dizer à Câmara que queremos a digitalização de todos os processos de urbanismo, porque isso não vamos ter isso tão cedo. -----

----- Senhor Deputado, eu não quero entrar agora em polémica com isto, nem devo fazê-lo, estou apenas, mas se já o fiz peço imensa desculpa retiro o que disse, estava a tentar responder a uma interpelação, já lhe vou dar a palavra. -----

----- Entretanto, o Senhor Vice-Presidente pediu a palavra, e o Senhor Deputado Miguel Santos também pediu a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “É uma interpelação à Mesa Senhora Presidente, só para informar a Mesa que existem alguns instrumentos digitais que já podem ser consultados como o *Gescor*, em que pode haver, penso que até já haverá disponibilizado para os Grupos da Assembleia Municipal esse acesso, mas se não houver, pode existir a qualquer momento, todos os Senhores Vereadores têm, todos os gabinetes do Senhores Vereadores, e por outro lado, queria perguntar à Mesa se, de facto, o processo em concreto, esteve ou não disponível para todos os Deputados nesta Assembleia? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É uma boa pergunta que eu tenho que perguntar aos serviços, porque eu não estive cá nesse dia, não sei se esteve ou não esteve, aliás, três dias, vou já lhe dar a resposta, mas entretanto o Senhor Deputado Miguel Santos também pediu a palavra.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Eu não consigo precisar em que sessão é que foi, mas foi prometido, não sei se pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, mas foi prometido pela Câmara que os processos passariam a ser digitalizados. E em relação àquilo que parece ser mais difícil de digitalizar esse não é um problema, porque os desenhos já são de obrigatoriedade de entrega na Câmara, têm que ser digitais. -----

----- Portanto, em relação aos desenhos não há problema é apenas uma questão de digitalizar o resto do processo que já foi prometido, portanto, isso é uma coisa que já havia condições para estar a ser feita e aparentemente não está a ser feita. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado saberá seguramente e tenho direito a responde-lhe uma vez que é uma interpelação à Mesa, saberá seguramente que uma parte dos processos são documentos que estão a coberto da Lei de Proteção de Dados Pessoais, e portanto, não temos que estar digitalizar, fotocópias de cartões de cidadão, fotocópias de documentos de empresa, fotocópias disto e daquilo, não temos que digitalizar. -----

----- Por isso é que eu estou a dizer que a digitalização não deverá ser integral porque há dados pessoais que não devem ser dados, o que interessa é aquilo sobre que incide uma apreciação concreta do projeto, neste caso um projeto de arquitetura, mas pode ser outro projeto qualquer. -----

----- E, portanto, poderemos esclarecer isto mais tarde em Conferência de Representantes, se assim o entender, para não estarmos a estabelecer agora esta polémica, mas eu própria irei seguramente diligenciar para garantir, primeiro, neste momento, não tenha a resposta à pergunta que me foi feita pelo Senhor Vice-Presidente, se os processos tiveram cá para consulta ou não, mas poderei dizê-lo dentro em breve ou amanhã, poderei dizê-lo, tenho que saber quem é que eram os serviços que se ocuparam disso, e se isso foi efetivamente salvaguardado. -----

----- De qualquer maneira, irei estar muito atenta a isso, e acho que a questão é relevante, naturalmente, independentemente das opiniões que cada um tenha sobre elas é muito relevante o acesso à informação. -----

----- É evidente que o acesso à informação dos Deputados não é o mesmo que dos cidadãos, os cidadãos nem sempre têm a mesma facilidade de acesso pelos vistos como temos visto aqui as queixas há dificuldades de acesso e, portanto, são duas questões diferentes que, se ligam entre si, mas que são diferentes, e que nós temos que melhorar a nossa possibilidade de tornar tudo o que é possível de ser tornado público o mais transparente possível. -----

----- E é isso que irei diligenciar e as dificuldades que houver, serei capaz também de vos trazer para vermos que recomendações é que esta Assembleia pode fazer à Câmara para melhorar a situação, porque, de facto, a informação é decisiva para todos nós funcionarmos, e prestarmos as contas que temos que prestar e fazemos o trabalho político, temos que fazer. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Graça pediu a palavra para? -----

----- Uma interpelação à Mesa. -----

----- A Mesa hoje está muito interpelada, mas não me importo nada que é uma ocasião de poder falar, porque normalmente não posso, eu só posso dar a palavra, não a posso ter.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia e é um prazer sempre discutir estas questões consigo. -----

----- Relativamente a interpelação à Mesa é o seguinte, dar talvez também aqui um testemunho que eu acho que é importante e havendo essa dúvida, mas antes de dar esse testemunho dizer uma coisa muito importante, e reforçar precisamente o que disse a Presidente da Assembleia Municipal, e que muitos Deputados disseram aqui também, e que é no fundo o propósito desta recomendação.-----

----- É óbvio que os processos podem sempre ser melhorados, e sem dúvida da parte da Câmara tenho a certeza que haverá abertura para melhorar sempre os processos relativamente a melhorar, ou tornar mais acessível o acesso à consulta de processos urbanísticos, aliás, é isso mesmo que pede a recomendação e parece-me que é uma preocupação legítima, aliás, como apresentaram os Peticionários e como foi também aqui defendido.-----

----- E acho que isto é uma matéria...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado uma interpelação à Mesa é uma interpelação à Mesa, o Senhor Deputado já está a tecer considerações sobre a sua opinião.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Tem toda a razão.-----

----- Muito bem, mas relativamente à interpelação em si, era também testemunhar também junto da Mesa que, como eu fui Relator desta Petição, e fiz a consulta do processo, dizer que ele esteve presente no Núcleo de Apoio às Comissões durante cinco dias úteis, do qual eu consultei e estava integralmente lá porque verifiquei os elementos do processo.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada pela informação que aqui deu.-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa pede a palavra para?-----

----- É uma interpelação à Mesa.-----

----- Eu hoje “estou na berlinda”-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro já viu o meu privilégio, hoje sou interpelada por toda a gente, coisa boa!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente, em abono da seriedade dos debates nesta Assembleia Municipal, eu interpelava a Senhora Presidente no sentido de sensibilizar o Senhor Vice-Presidente da Câmara para ter cuidado com o que aqui promete.-----

----- É que já nos prometeu que nos enviava...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Não, não...”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Não me compete isso a mim!”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Isto tem uma sequência histórica, é que já nos prometeu que nos enviava o contrato.”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Assim se ultrapassa a interpelação à Mesa, Senhor Deputado, ultrapassa completamente.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Senhora Presidente, é que com boa verdade descredibilizamos o trabalho desta Assembleia.-----  
----- É que o Senhor Vice-Presidente já nos prometeu o contrato do *Web Summit* que até agora não o vimos, e evocou depois razões legais para isso.-----  
----- Eu queria só adiantar que pese embora fosse extremamente conveniente para o trabalho dos Senhores Deputados nesta Assembleia termos acesso ao *Gesturbe* e não ao *Gescor*, portanto, ao *Gesturbe*, aos processos de licenciamento urbanístico, em boa verdade, em boa verdade, não, ficou gravado Senhor Deputado...”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhores Deputados, por favor, nós às cinco e meia temos uma sessão de debate temático para começar, peço para concluir.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Agora o Senhor Vice-Presidente não pode, é com esta boa vontade criar falsas expectativas nos Senhores Deputados, é que isso não vai ser possível.”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhor Deputado muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
----- “Porque a informação é prestada pelo Presidente da Câmara à Assembleia por requerimento dos Senhores Deputados Municipais.-----  
----- Por favor não alimente, apelava-lhe para que o Senhor Vice-Presidente não alimentasse estas expectativas, que depois ficam goradas e que não só podem minar a sua credibilidade como desprestígia o trabalho da Assembleia.-----  
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu entendo que não foi feita nenhuma interpelação, foi feita uma crítica ao Senhor Vice-Presidente não me compete interferir, e não o devo fazer. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim do debate, e foi um debate importante e útil, apesar deste contraste de posições, e talvez mesmo por isso é que as coisas vêm ao de cima, e têm que vir, e têm que ser discutidas, e conversadas e discutidas como hoje aqui fizemos.-----

----- Posto isto o que temos para votar é a Recomendação n.º 76/01 da 3ª Comissão que eu vou pôr à votação.” -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 076/01 (3ªCP)**. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE, PAN, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, 8 IND, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Recomendação n.º 076/01 (3ªCP)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- **PONTO 2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 389/CM/2019 – TRANSFERÊNCIA, EM 2019, PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ASSIM COMO O ACORDO PRÉVIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ENQUANTO MEMBRO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, PARA ASSUNÇÃO TAMBÉM EM 2019 POR PARTE DAQUELA ÁREA METROPOLITANA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, E NO DECRETO-LEI N.º 58/2019, DE 30 DE ABRIL, NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 4.º, NO N.º 2 DO ARTIGO 30.º E NO ARTIGO 42.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, DOS DECRETOS-LEIS DE ÂMBITO SETORIAL ACIMA IDENTIFICADOS E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 389/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER CONJUNTO DA 1ª, 7ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (O Parecer da 1ª, 7ª e 8ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 389/CM/2018 fica anexado à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- **PROPOSTA 003/PEV/2019 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “REJEIÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA.”**-----

----- (A Proposta n.º 003/PEV/2019 apresentada pelo PEV fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- **PROPOSTA 008/PCP/2019 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DO TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES.”** -

----- (A Proposta n.º 008/PCP/2019 apresentada pelo PCP fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante). -----

----- **PROPOSTA 003/BE/2019 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “REJEITAR A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, EM 2019 E 2020, DEFINIDAS NOS DECRETOS-LEI SETORIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES, PARA COMUNICAÇÃO À DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA”**. -----

----- (A Proposta n.º 003/BE/2019 apresentada pelo BE fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, vamos avançar no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos é a Proposta n.º 389 da Câmara, já sabem o que é, trata-se da “Transferência em 2019 para os órgãos do Município e o acordo prévio do Município, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa para as competências relacionadas com educação e transporte nas Vias Navegáveis Interiores.” -----

----- O Parecer conjunto da 1ª, 7ª e 8ª Comissão foi feito aqui em tempo recorde e com muito boa vontade, agradeço às Senhoras Presidentes, ao Senhor Presidente, destas Comissões que assim o fizerem e aos respetivos relatores. -----

----- É o Senhor Relator o Senhor Deputado João Pires. Como temos pouco tempo para este ponto, pergunto ao Senhor Deputado Relator se pode fazer um relato mais abreviado, uma vez que o relatório foi distribuído e toda a gente o viu, porque às cinco e meia em princípio, temos um debate temático e não queria fazer esperar as pessoas dos trabalhos seguintes, e há muitas recomendações e pessoas inscritas e, portanto, temos que dar aqui prioridade à informação nova. -----

----- Se faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Eu vou tentar ser o mais rápido possível na apresentação para fazer, digamos, de acordo com a solicitação da Senhora Presidente da Assembleia. -----

----- O reconhecimento pelo Governo que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, implica o reforço das competências dos Municípios numa lógica de transferência de competências e devidos recursos a aplicar. -----

## DRAFT

----- Este processo tem vindo a desenvolver-se provando em geral que os Municípios gerem de forma mais eficiente e eficaz certos serviços públicos, dada a relação de proximidade que mantêm com os cidadãos. -----

----- O número e o volume das transferências de competências aumentam na proporção em que as avaliações do desempenho dos municípios se revelam positivas. --

----- Assim sendo e dentro desta lógica, pretende o Estado transferir para os Municípios, as competências no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares. São alargados a todo o ensino básico e ao ensino secundário, com exceção das escolas cuja oferta de educação e formação abranja pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal. -----

----- Também no âmbito de gestão, passam a ser responsabilidade municipal as competências de organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal, e de aplicação diferenciada, ficando excluído o Programa de Distribuição Gratuita e Reutilização de Manuais Escolares, cuja competência se mantêm sobre a alçada do Governo. -----

----- Passa também a ser gerida pelo Município o fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos dos segundos, terceiros, Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, e a gestão, funcionamento, conservação, manutenção e equipamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes. -----

----- A competência para o recrutamento, seleção e gestão de pessoal não docente de todos os níveis e ciclos de ensino, passa igualmente para a Câmara Municipal. -----

----- Para o efeito prevê-se a transferência de pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação. -----

----- O Município passa a ter a titularidade dos equipamentos educativos que integram a rede pública do Ministério de Educação, e a rede oficial de residências para estudantes existente no concelho, excluindo os equipamentos educativos que integram o património próprio da Parque Escolar. -----

----- Com o objetivo de garantir a coordenação entre os diferentes níveis da administração é criada uma Comissão Restrita que acompanhará o desenvolvimento e evolução das competências transferidas. -----

----- No domínio dos transportes fluviais, são transferidos os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que, em exercícios em áreas sobre a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quanto tais serviços se encontram integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional, bem como os transportes turísticos locais entre municípios limítrofes, ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal, ou Área Metropolitana excluindo-se o transporte turístico local, que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal. -----

----- No entanto, nos casos em que o serviço público regular de transporte de passageiros seja assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado, ou por uma entidade do setor empresarial do Estado, a transferência é objeto de processo

negocial específico, desencadeado por iniciativa do concedente, ou da entidade local territorialmente competentes. -----

----- De salientar que a transferência das competências é efetuada sem prejuízo das competências próprias das entidades reguladoras e fiscalizadoras de âmbito nacional.--

----- Quanto aos recursos humanos, podem vir a exercer funções nos Municípios, mediante acordo de cedência de interesse público, os trabalhadores que estejam afetos a atribuições e ao exercício de competências, que sejam transferidas para os Municípios. -----

----- Relativamente aos recursos financeiros, o fundo para o serviço público de transportes financia os custos associados à transferência de competências no âmbito das suas finalidades. -----

----- Em Lisboa as transferências de competências entre a administração central e o Município têm constituído processos pautados pelo sucesso, em que o exercício das competências transferidas acrescenta valor ao serviço prestado ao cidadão. -----

----- Assim sendo, julgamos favoravelmente que as competências transferidas vão representar mais-valias significantes na vida dos cidadãos, que vivem e trabalham em Lisboa. -----

----- Desta forma as 1ª, 7ª e 8ª Comissões propõem as seguintes recomendações à Assembleia Municipal.-----

----- *“Um, à semelhança de processos anteriores que remeta à Assembleia Municipal de Lisboa, sempre toda a informação relevante sobre a evolução deste processo mesmo quando a deliberação desta não seja necessária. -----*

----- *Dois, no processo negocial de transferência dos equipamentos escolares que acautele o reforço financeiro necessário, para a realização de investimentos prioritários a efetuar. -----*

----- *Três, no seguimento daquela que vem sendo a política municipal, e sempre que o superior interesse das populações assim o requeira, bem como nos casos em que se preveja uma melhoria na qualidade da prestação do serviço público, promova a celebração de contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia.” -----*

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Relator.-----

----- E agora vamos entrar na apresentação da proposta número 389 pelo Senhor Vice-Presidente. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Muito rapidamente, até porque, muito do que havia para dizer já foi dito pelo Deputado João Valente Pires. -----

----- Nomeadamente sobre a especificidade do que é que são as competências a transferir, eu diria, que acrescentando ao que foi dito, há cinquenta e três escolas que vão ser neste processo transferidas para o Município, em regimes diferentes, já vou

explicar muito rapidamente, dois mil trabalhadores assistentes operacionais e assistentes técnicos.-----

----- Para despesas correntes de toda a operação, trinta e cinco milhões de euros anuais, ano civil, para despesas correntes, está fora disto um conjunto de protocolos que vão ser estabelecidos em matérias específicas, alguns programas do Governo geridos centralmente e também com dotações específicas, e as dotações referentes ao um investimento a realizar nas escolas referidas como prioritárias.-----

----- Nessas escolas prioritárias há vinte e seis que foram consideradas prioritárias, das trinta e duas que passam para a gestão e para a propriedade direta do Município, vinte e uma ficam na propriedade da Parque Escolar, e serão responsabilidade as intervenções diretamente da Parque Escolar. -----

----- As outras trinta e duas são da responsabilidade, e passam para o património municipal, dos quais vinte e seis são consideradas prioritárias e, portanto, vão ter dotação atribuída pelo Estado português, pelo Governo, para as intervenções que estão diagnosticadas. -----

----- Todo este processo é acompanhado por uma Comissão Nacional, que vai monitorizar o processo de descentralização na área da educação, mas também, por uma Comissão Municipal de acompanhamento que tem no seu seio, o Município, os órgãos do Estado, a Direção Regional de Educação e os Agrupamentos Escolares, e que desta forma pretende monitorizar, acompanhar e servir de elo de ligação com os órgãos do Estado. -----

----- Há um reforço orgânico a ser planeado pelo Município, e que aqui virá aqui em breve a esta Assembleia, até final do mês. Aliás, um parentese Senhora Presidente, para agradecer todo o esforço que esta Assembleia fez para que esta proposta pudesse estar hoje aqui devidamente analisada pelas Comissões respetivas, e pedir já agora o mesmo empenho para tal proposta que vai propor o reforço orgânico do Município, com a criação de uma Direção Municipal, e com o reforço dos Departamentos na área da educação, e já agora com a criação de um Departamento de Saúde que permita que as competências que em breve também serão aqui trazidas sobre saúde, possam ser assimiladas pelo Município.-----

----- As intervenções estruturais da responsabilidade do Município, como eu referi, gostava que isto ficasse muito claro, são na sua esmagadora maioria, portanto, em vinte e seis escolas com financiamento do Estado português, e apenas em seis escolas, que são muito recentes é que não foram consideradas prioritárias, e também por nós Município há ali uma divergência de três escolas, mas que não são consideradas a necessitarem de intervenções urgentes.-----

----- Todas as restantes ficarão na gestão como referi da Parque Escolar, e isso é algo que todo este quadro que eu acabei de referir, dá-nos a tranquilidade de que com todos os ganhos que serão potenciados, pelo facto, de aproximarmos as decisões dos seus beneficiários e, portanto, passarmos para a esfera municipal a maioria das decisões que em muito beneficiarão as escolas, as famílias e os alunos vão permitir a este Município ter um papel muito mais interventivo, e que certamente resultará no

fim do dia naquilo que será o benefício para toda a Cidade, para todos os munícipes e para as nossas crianças e adolescentes em particular. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhores Deputados temos três propostas de rejeição da Proposta apresentada pela Câmara, a primeira apresentada pelo PEV, a segunda pelo PCP e a terceira pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Nós vamos dar a palavra primeiramente aos proponentes destas rejeições pela ordem de entrada, para darem as suas razões, depois daremos a palavra a todos os que queiram discutir, e à Câmara para responder se assim o entender. -----

----- Nas votações, uma vez que se trata de uma proposta de rejeição, ela tem que ser votado antes da proposta propriamente dita, portanto, é só para vos avisar que será esta a sequência dos nossos trabalhos, vamos prosseguir então.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virginia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- “Os Verdes” voltam a apresentar uma proposta com vista à rejeição de transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019 e 2020, desta vez, nos domínios da educação e do transporte em vias navegáveis. -----

----- Na nossa perspectiva, a Assembleia Municipal deve recusar um processo que se apresenta contrário aos interesses da cidade e que traz sérios riscos. -----

----- A verdade é que não se conhece nenhum estudo que fundamente a transferência das competências identificadas na Lei n.º 50 de 2018, de 16 de agosto, assim como se desconhece qualquer avaliação rigorosa do seu impacto para as autarquias, seja a nível financeiro, técnico ou de recursos humanos.-----

----- Uma coisa sabemos, a Legislação não garante a transferência dos meios adequados e, portanto, estamos perante uma inaceitável desresponsabilização do Governo e uma transferência de encargos para as autarquias. -----

----- O Decreto-Lei nº 21 de 2019 determina que as autarquias passam a assumir competências na área da educação, o que engloba o ordenamento da rede educativa, a manutenção dos equipamentos desde a educação pré-escolar ao secundário, a requalificação e construção do parque escolar, a ação social escolar, os refeitórios e transportes escolares e a gestão do pessoal não docente. -----

----- Estamos perante o fim da garantia da universalidade do direito à educação. Quem é favorável a esta transferência opta por desistir de uma política na área da educação, para passar a ter duzentas e setenta e oito, o que poderá trazer desigualdades no processo de aprendizagem e de ensino dos alunos. -----

----- Mas não ficamos por aqui. Há vários aspetos neste Diploma que não são definidos e que são remetidos para a futura regulamentação, o que abre também portas a uma grande incerteza.-----

----- E tudo isto se passa numa altura em que há muitos problemas por resolver. Faltam trabalhadores nas escolas, há muitos vínculos precários e uma parte considerável das escolas precisa de obras.-----

----- E estes problemas que afetam também várias escolas de Lisboa, foram já aqui muitas vezes trazidos a esta Assembleia Municipal, e os meios para resolver estes problemas não são assegurados no respetivo Diploma, portanto, aceitar estas competências em Lisboa, na área da educação, desta forma, é de uma enorme irresponsabilidade.-----

----- Por sua vez, o Decreto-Lei nº 58 de 2019 transfere competências no domínio do transporte turístico e do serviço público de transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, transferindo igualmente, em termos ainda a negociar, as infraestruturas afetadas ao transporte.-----

----- Por tudo isto, “Os Verdes” voltam a defender que qualquer processo de descentralização deve procurar dar a melhor resposta às necessidades das populações e promover a qualidade dos serviços públicos, valorizando o poder local.-----

----- São estes, e não outros objetivos que devem estar na base de uma descentralização. Mas nada disso tem estado a ter tido em conta neste processo negociado entre o Partido Socialista e o PSD.-----

----- Para “Os Verdes” é inconcebível criar condições para agravar desigualdades entre as autarquias, e para que os cidadãos fiquem reféns da disponibilidade financeira dos municípios para aceder a serviços públicos.-----

----- Falamos de funções sociais do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, e os direitos fundamentais têm que ser assegurados a todos os cidadãos de forma universal e em todo o território.-----

----- Ou seja, tudo o que se alega para concretizar uma descentralização é totalmente subvertido, e é precisamente por estas razões que muitas autarquias estão a recusar as novas competências, caminho que “Os Verdes” defendem que Lisboa também deveria seguir.-----

----- Por tudo isto, “Os Verdes” reafirmam que podem contar connosco para defender um processo de descentralização que não se limite à transferência de competências entre a Administração Central e Local, e que dote as autarquias de mais capacidade para responder aos problemas, respeitando a integridade do serviço público. Mas nunca aceitaremos a fragilização das funções sociais do Estado e a hipoteca da garantia da universalidade dessas funções.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra  
fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----  
----- A transferência de competências nas áreas da educação e o transporte em vias  
navegáveis interiores. -----  
----- Considerando que o Grupo Municipal do PCP apresentou três propostas à  
Assembleia Municipal de Lisboa, que foram discutidas e votadas no dia 8 de maio de  
2018, 29 de janeiro de 2019 e 26 de março de 2019, sobre a transferência de  
competências cujos Decreto-Lei tinham sido até então publicado, após essas datas,  
foram publicados outros Decretos-Lei relativos à transferência de competências nas  
áreas da educação e de transporte em vias navegáveis interiores. -----  
----- Considerando que nada se alterou até ao momento, subsistindo um conjunto de  
riscos associados a toda esta Legislação, nomeadamente a sustentabilidade financeira  
concreta da transferência para as autarquias locais das atribuições a este momento da  
Administração Central, inerente risco dessa transferência consubstanciar um alijar de  
responsabilidades do Estado central. -----  
----- Preocupação com a possibilidade de agravamento das desigualdades entre  
autarquias locais e exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com  
incidência imediata no rigor das finanças públicas. -----  
----- Afastamento excessivo do Estado central de áreas específicas em que seja  
essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das  
intervensões públicas de acordo com o disposto nos referidos Decreto-Lei, o  
Município deve pronunciar sobre a transferência destas novas competência, sendo  
assim este o momento para se recusar novamente a este processo, claramente  
contrário aos interesses da Cidade e da sua população. -----  
----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na  
sua reunião de 27 de junho de 2019 delibere: -----  
----- “1 - Rejeitar a assunção, em 2019, das competências transferidas por via dos  
Decretos-Lei sectoriais que a seguir se enunciam: -----  
----- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que “*concretiza o quadro de  
transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades  
intermunicipais no domínio da educação;* -----  
----- Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de Abril, que “*concretiza o quadro de  
transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte  
turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em  
vias navegáveis interiores.*” -----  
----- 2 - Propor à Assembleia da República e reclamar do governo: -----  
----- a) O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração  
da criação das regiões administrativas; -----  
----- b) A reconsideração do processo de alteração das freguesias liquidadas contra a  
vontade das populações; -----

----- c) O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios, nomeadamente o Município de Lisboa, e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos; -----

----- d) A identificação no domínio da transferência de novas competências, daquelas que se adequam ao nível municipal, não comprometendo direitos e funções sociais do Estado, designadamente a sua universalidade, e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não como pretexto para a desresponsabilização do Estado Central por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.” -----

----- Anotamos que o Vereador do Bloco de Esquerda com o Pelouro da Educação votou contra esta Proposta n.º 389/2019 da Câmara Municipal, que inclui matérias da educação, o que identifica e esclarece o seguidismo cego da Câmara de maioria PS em relação à aceitação de qualquer modo de transferências nocivas para o futuro de Lisboa. -----

----- Hoje a Câmara não responde a muitas das responsabilidades que já tem, e aceita mais, também não irá cumprir como deve ser. -----

----- Quanto ao Parecer das 1ª, 7ª e 8ª Comissões pedimos a votação em separado do ponto número. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e Público presente. -----

----- António Costa definiu a descentralização de competências como a pedra angular da reforma do Estado, e assim compreende-se que o Presidente Fernando Medina queira aceitar todas as competências, porque este processo de municipalização é a prova viva em Lisboa de uma reforma acordada entre o PS e o PSD. -----

----- No entanto, o processo de municipalização está a correr mal, porque mais de metade dos Municípios decidiu rejeitar no todo, ou em parte, as competências a transferir da Administração Central para os Municípios, e pouco mais de um terço aceitaram todas as competências: Porto, Coimbra, Vila Nova de Gaia, Sintra, Loures, Braga, Matosinhos recusaram e criticaram o Governo por não promover um processo transparente. -----

----- Um processo de descentralização sério, já aqui foi dito, cumprindo a Constituição da República Portuguesa só pode ser realizado pela regionalização. -----

----- Assim, só podemos reforçar a democracia, a participação e a capacidade de decisão cidadãs se tivermos regionalização, aliás, esta é a via defendida pela esmagadora maioria dos Presidentes de Câmara por todo o país. -----

----- Ao princípio da subsidiariedade como preconiza a Constituição da República Portuguesa, subjaz também o princípio da democraticidade, ou seja, que os órgãos recetores das competências sejam eleitos por sufrágio universal, e com escrutínio das populações. -----

----- Este princípio não pode ser letra morta, e o Estado Central não pode afastar uma responsabilidade que é sua como a de garantir serviços sociais de acesso universal, sob pena da sua desresponsabilização levar à degradação destes serviços, e ao dificultar do acesso aos cidadãos em pé de igualdade a esses serviços. -----

----- Para a descentralização administrativa para Lisboa não se conhece um estudo, um parecer técnico, uma avaliação, é a “olhómetro” para conseguir chegar às legislativas com a pedra angular da reforma do Estado cumprida. -----

----- O Decreto-Lei de Execução Orçamental permite que as Câmaras se pronunciem só em setembro, o que permitiria a Câmara Municipal de Lisboa ter mais três meses para preparar o processo. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa deveria ter escolhido esse caminho. -----

----- Apelamos de novo ao bom senso, mesmo a quem defende a municipalização. -----

----- A Lei de Descentralização permite que as competências sejam delegadas daqui a um ano, e que nesse ano é um ano precioso se possam estudar as competências que irão ser delegadas, para compreender os meios que serão necessários, para compreender a realidade que a Câmara Municipal de Lisboa irá ter de gerir, e para preparar a estrutura da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esperamos que este desafio seja aceite.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado há mais um Senhor Deputado Independente, eu peço que respeite os tempos para haver lugar para os dois.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente assim tentarei fazer. -----

----- Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhor Vereador Manuel Grilo permita-me que o destaque, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu estou absolutamente surpreendido com esta proposta, era suposto nos termos de um acordo celebrado entre o Bloco de Esquerda e o PS, que o Vereador Eleito e à

assumir funções, eleito pelo Bloco de Esquerda tivesse autonomia na gestão do seu Pelouro, está expressamente consagrado. E a verdade é que esta proposta de aceitação de competências é nos proposta pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, apesar de o Bloco de Esquerda nos trazer aqui muito bem, uma coisa que eu queria que tivesse sido trazido a esta Assembleia Municipal. -----

----- A proposta do Bloco de Esquerda diz no ponto sete: “no âmbito da área da Educação, a Câmara Municipal recebeu no dia 8 de abril, informação do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, sobre os valores a serem transferidos.” -----

----- Ponto oito: “a informação recebida pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado na área da Educação, carece de esclarecimentos concretos que permitam”, pasme-se, “aos serviços do Departamento de Educação”, tutelado pelo Senhor Vereador Manuel Grilo, “antever resposta a todas as necessidades criadas com as competências transferidas para o Município de Lisboa.” -----

----- E isto é preocupante em dois vetores, o primeiro vetor é que nós não tivemos esta informação, pelos visto o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda tem, e que nos permitiria um melhor juízo. -----

----- O segundo vetor é que, segundo informações e relatos da reunião de Câmara, e informação aqui do Senhor Vice-Presidente, vêm mais dois mil funcionários com este processo para a Câmara. -----

----- E eu recorro que dos números distribuídos pela Direção Municipal de Recursos Humanos no seu boletim, a Câmara atualmente tem oito mil funcionários, portanto, pasme-se de um momento para o outro a área da educação vai representar 20% do total dos funcionários da Autarquia. -----

----- E tendo o Senhor Vereador Manuel Grilo, e com muita razão, com reservas em relação a esta matéria. -----

----- Agora o que eu pergunto é o seguinte, será que o Senhor Vice-Presidente vai tutelar diretamente a área da educação, tendo em conta que também é responsável pelo Pelouro dos Recursos Humanos e com este aumento? -----

----- Bom, isto é uma situação complicada, isto é uma situação dura, para mais com todas estas dúvidas e, portanto, eu interpelava a Câmara, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Manuel Grilo, que é parte importante neste processo, para que digam como é que vão resolver isto? -----

----- É que eu francamente votarei contra, porque não acredito neste processo, nem há elementos suficientes. E já agora pedia mais um esclarecimento em relação aos transportes fluviais, como é vai ser com as empresas de transporte fluvial de passageiros, é que as mesmas serão acordadas em Diploma Complementar e essa é uma competência importante. -----

----- Muito obrigada:” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu tenho estado atenta ao tempo, tenho as inscrições de dois Deputados Independentes, portanto, se houver mais algum faça o favor de dizer à Mesa, porque senão não consigo repartir o tempo por todos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Miguel Graça, as inscrições que tenho dos Independentes é a Senhora Deputada Patrícia, e tenho o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- Não está inscrita a Senhora Deputada Ana Gaspar, peço desculpa, Senhor Deputado é que depois eu não consigo gerir o tempo, assim não consigo saber.-----

----- Eu perguntei, disseram que eram dois, disseram que chegava, mas afinal são quatro.-----

----- Portanto vamos ter que gerir o tempo em conformidade, o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, disse-me que iria pedir tempo ao MPT, vejam se pode ser, e do vosso lado vejam se conseguem também que alguém vos dê mais tempo se for necessário.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Parece que há um problema de organização nos Independentes e nos quase Independentes.-----

----- Senhora Presidente, o PSD vê com natural espanto, mas com também alguma lógica, tendo em conta aquilo que tem sido a posição, tanto do PCP como do próprio PEV, estas matérias que hoje nos trazem aqui.-----

----- E por isso, importa dividir isto em dois grandes temas.-----

----- O primeiro é necessariamente o tema relacionado com a importância da descentralização.-----

----- Um país que está organizado da forma como nós estamos organizados, e que há quarenta anos não consegue ultrapassar um centralismo que atrofia o desenvolvimento local é inevitavelmente um país fadado a continuar a crescer apenas um por cento ao ano, a continuar a ver a incapacidade de responder às dinâmicas locais em várias áreas como o caso da saúde, como o caso da educação, sem ser com respostas locais, e inevitavelmente sem ser capaz de ultrapassar aqueles que são os grandes desafios que se nos apresentam.-----

----- Um país centralizado no modelo centralizado que era também, até antes do próprio 25 de Abril, é um país que não se encontra virado para aquela que é inevitavelmente a sua principal vocação de desenvolvimento e inevitavelmente de serviço para as suas próprias comunidades e, por isso, rejeitar a descentralização, rejeitar o reforço da autonomia local, rejeitar tudo aquilo que implique a capacidade de dar as respostas certas nos sítios certos à hora certa, não é uma questão ideológica é sempre uma questão de responsabilidade, ou neste caso de irresponsabilidade.-----

----- Donde, temos inevitavelmente o segundo tema que é em que termos é que pode e deve ser feita essa descentralização, e a grande dimensão associada à descentralização reclamada por todos é a dimensão do envelope financeiro. -----

----- O que é extraordinário, porque são os próprios à admitir que o Estado não consegue assegurar o nível de serviço, sem, perante aquelas que são as condições que tem vir-se agora exigir mais do que aquilo que o Estado atualmente investia para a área é no mínimo, no mínimo incompreensível! -----

----- Outro problema é, quando se obtém as verbas que se consideram necessários para o arranque do investimento e, de repente o próprio Município resolve desviar essas verbas de investimento para outras áreas que não para aquelas que estavam destinadas, essa aí sim, é uma matéria de profundada e necessária reflexão, mas é também uma matéria de responsabilidade política, é por isso que não entendemos como acessório, nem paralelo, o que se passou ao longo da última semana entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista em Lisboa. -----

----- E fica claro para todos, eu diria mesmo que seria inevitável comparar aqui um mecanismo de investimento que está previsto para a área da educação, com aquilo que, neste momento se está a traduzir, de facto.-----

----- A posição do Bloco de Esquerda, no entanto, é estranha e dúbia, porque se há cortes à capacidade de investimento, então há uma quebra naquele projeto em que ambos se reviam, donde só pode haver uma resolução, ou Bloco de Esquerda consegue do Executivo Municipal aquilo que entende que é necessário para o investimento na área da educação na Cidade de Lisboa, ou o Bloco de Esquerda não tem condições para continuar parceiro desta Câmara Municipal. -----

----- E este para mim é, de facto, a questão fundamental, porque tudo o resto é um discurso irresponsável, sendo que a irresponsabilidade estará certamente no lado de que não cumpre, e algo me diz que sobre isso teremos inevitavelmente cenas dos próximos capítulos, por isso, antes de querer imputar desde já responsabilidades a um Bloco, ou a um Partido Socialista. O que eu tenho que denotar é a irresponsabilidade. que paira sobre o investimento fundamental na Cidade de Lisboa na área da educação, que muito necessita, fruto deste desinvestimento continuado, eu diria que estes quatro anos, foram mais quatro anos de cativações na educação, como, aliás, foram de cativações na saúde, como aliás, foram de cativações nos transportes, como aliás, foram cativações em tudo o que é políticas de investimentos no país.-----

----- E, portanto, aquilo que me preocupa, sinceramente neste debate, não é o facto, de haverem posições antagónicas, porque essas nós já as conhecíamos.-----

----- É o facto de quererem conciliar posições antagónicas, e virem irresponsavelmente depois apresentarem propostas que anulam os próprios acordos que, eventualmente terão que existir, ou então entendem que a governação da cidade é uma coisa secundária perante aquilo que é o mecanismo de investimento nas próprias infraestruturas.-----

----- O que nos leva às duas propostas hoje aqui, uma do PEV e outra do PCP, que eu tenho também denotar que é sempre uma complementar da outra, eu diria que a dada altura mais valia fazerem uma única proposta. -----

----- E a verdade é que as duas propostas assentam, verdade seja dita e coerência e lhes seja reconhecida, assentam naquilo que eles sempre disseram. -----

----- Eles não concordam com descentralização, porque a esquerda tem uma visão centralizada do Estado e, por isso é inevitável que eles não consigam compreender e hoje o PEV nos traga aqui, assim como PCP nos traz aqui, algo que nos diz, não, não, não, nós queremos um Estado centralizador, aliás, ao bom regime soviético que nos vão habituando, e às longas filas também que eram tão características desse período.---

----- E, portanto, a grande, eu diria, reflexão que se propõe a esta Assembleia Municipal nem é um debate político, é uma decisão de consequências, é uma decisão de consequências. E a consequência que está em cima da mesa é: há ou não há uma vontade política maioritária por parte deste Executivo municipal em assegurar uma correta política de transferência de competências para a Cidade de Lisboa, reforçando a Cidade de Lisboa para dar as devidas respostas que a comunidade tanto anseia, e aquilo que nós hoje assistimos, e temos vindo a assistir ao longo da última semana é que nem na coligação de esquerda, nem na Câmara Municipal de Lisboa, nem na geringonça que governa o nosso país, digo carinhosamente existe...-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu já reparei, e eu estou a apelar à mesma tolerância que teve para outras intervenções que são só mais quinze segundos se não me não interromper.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O tempo que o Senhor Deputado quiser, mas estamos a prejudicar o debate que já estava programada para as cinco e meia. -----

----- Faça o favor de prosseguir, não vamos perder tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente não é certamente pelos meus quinze segundos que prejudicamos o debate, e a interrupção que daí registou, tendo em conta que o nosso atraso das ordens anteriores assumiu quase cinco minutos. -----

----- E, portanto, aquilo que quero dizer, e que quero concluir é uma questão de consequência, saber se ao fim ao cabo existe uma maioria nesta cidade, que quer governar capacitada pelas competências que urgem ser transferidas, para dar a resposta que urge pela própria comunidade aos vários problemas que Lisboa enfrenta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados já repararam que já está na hora do debate temático, nós não vamos prejudicar este debate que estamos a fazer, mas se puderem ser sintéticos em benefício dos nossos trabalhos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Serei o mais sucinto possível, e começar por dizer que não voltarei a lembrar aquilo que tem sido a nossa posição no âmbito do processo de descentralização do Estado pelas Autarquias, e a forma atabalhoada como ele foi liderado pelo Governo do Partido Socialista, com muita falta de informação também. -----

----- Sobre as duas áreas, os dois domínios que estão hoje aqui nos debruçarmos, dos dois Decretos-Lei dizer em primeiro lugar, que nós consideramos, no que diz respeito às vias navegáveis e a discussão caí sempre muito sobre aquilo que é o transporte público fluvial entre as duas margens do Tejo, mas acho que nos estamos a esquecer de uma matéria muito importante que é a possibilidade de ter um transporte público fluvial na margem do Tejo do lado de Lisboa, entre o Trancão, e entre Belém, e portanto, essa pode ser uma oportunidade que Lisboa pode ganhar com a transferência desta competência para o Município. -----

----- Depois e no que diz respeito à educação, aqui está uma preocupação que é latente e que não vem de agora, os casos que nós temos em Lisboa não são positivos. -----

----- Temos o caso da Escola Secundária do Restelo onde estava previsto fechar há três anos com a DGEstE um milhão de euros de intervenção, soubemos há pouco tempo que, afinal, e na reunião de Conselho Municipal de Educação, veio dizer o Diretor da DGEstE que tem apenas para 2019, setecentos milhões para toda a região de Lisboa e Vale do Tejo, nem sequer é para o concelho de Lisboa, e quando uma destas escolas, no caso do Restelo tem um orçamento aprovado já há três anos de um milhão de euros para obras básicas de confortabilidade na sua comunidade escolar, em particular dos alunos, como temos o problema da Delfim Santos que são obras de mais de vinte milhões de todo o Agrupamento, ou o caso também da António Arroio por outras grandes razões. -----

----- E portanto, naquilo que é transferência de competências sem sabermos e sem podemos aferir a transferência clara dos recursos humanos, técnicos e financeiros nós não poderemos votar favoravelmente, mas vamo-nos abster. E vamo-nos abster, porque acreditamos no processo de descentralização, e acreditamos que quer as Câmaras, quer as Juntas de Freguesia, conseguem fazer com o seu trabalho de proximidade dos cidadãos, conseguem fazer um trabalho melhor do que aquele que tem sido entregue ao Estado em particular, na área da educação. -----

----- E nós hoje estamos mais uma vez a passar um cheque em branco, porque, e como já foi aqui dito, não foi feito um estudo técnico que nos possa dizer à data desta

transferência de 2019, qual é a necessidade de investimento financeiro para fazer a obras prioritárias nestes equipamentos escolares. -----

----- Nós estamos a falar de setenta e nove escolas, sabemos que vinte e seis estarão a cargo da Parque escolar e, portanto, digamos, que esse investimento não será feito pelo Município de Lisboa, mas o que aqui apelamos e que, aliás, é uma das recomendações das três Comissões, é que a Câmara no processo negocial acautele o reforço necessário, o investimento financeiro necessário para fazer face pelo menos aquilo que são as obras essenciais para estes equipamentos. -----

----- Relativamente àquilo que são os documentos do PCP, do PEV e do Bloco, obviamente, que não podemos acompanhar, porque concordamos com o processo de descentralização, embora nos falte dados essenciais sobre os recursos, mas não podemos acompanhar aqueles partidos que dizem que defendem a autonomia do poder local, o reforço das competências do poder local, e ao mesmo tempo defendem aqui a centralização e a estagnação dessas mesmas competências. -----

----- Pior ainda quando o PCP continua a teimar em defender, e defendeu, nisso pelo menos é coerente, a defender a reposição das Freguesias. -----

----- O processo em Lisboa da reforma administrativa foi positivo, teve as suas falhas, e daí os nossos receios em relação a este processo entre o Estado e a Câmara, mas a verdade é que o processo na sua larga maioria é muito positivo naquilo que é o serviço de proximidade ao cidadão. -----

----- Os serviços melhoraram e, portanto, eu acho que isso conta, e somos totalmente nesse sentido contra a reposição de Freguesias em Lisboa. -----

----- Portanto, termino Senhora Presidente, deixando esta nota, e este alerta para o momento do processo negocial, e dizer que, obviamente, iremos acompanhar as recomendações que emanam da 1ª, 7ª e 8ª Comissões. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Cesar**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Boa tarde a todos e a todas, vou tentar acelerar um pouco para que mais alguém fale, porque por falta de tempo não haverá tal situação. -----

----- Estamos hoje então a analisar este processo de transferência, de novas transferências de competências para o Município de Lisboa, no que diz respeito a transportes em vias navegáveis e educação. -----

----- No que concerne na educação, direi e recordarei o estado das escolas do pré e do 1º Ciclo, antes que este Município, e outros fizessem a intervenção e foi, de facto notável e quem acompanhou isto, e sabe do estado em que as inúmeras escolas de Lisboa estavam, escolas do pré e do 1º Ciclo, e como elas ficam, e também a falta

absoluta de residências escolares o que prejudica em muito as classes trabalhadoras e mais desfavorecidas neste campo, que têm igual direito à educação. -----

----- Saudar também o envolvimento preparatório profundo, que nos pareceu do explanado pelo Vereador João Paulo Saraiva, com uma alteração substantiva por parte orgânica da CML.-----

----- Salientar também a importância da criação de uma Comissão Técnica de Desenvolvimento a nível governamental, e particularmente estas Comissões Municipais de acompanhamento que monitorizarão e observarão certamente com todo o rigor, os aspetos financeiros que aqui são de extrema importância, e já foram assinalados por todos. -----

----- Dizer-vos portanto, que saudamos, aprovamos o parecer, naturalmente, e saudamos este processo que moldará não temos dúvidas disso, um futuro paradigmático para as restantes escolas do ensino público, porque agir local é de facto, mais profícuo.-----

----- Resta-nos aqui uma dúvida que punha de facto, ao Bloco e também ao Vereador.

----- Neste novo processo, e recorro apenas aquilo que sabemos todos, na nova governança da cidade e quando ela foi iniciada, já estava em processo de discussão profícuo, longo, já estava este processo de descentralização que incluía educação e, portanto, para vos dizer, companheiros do Bloco que, isso já estava assim quando foi feita e em bom grado esta governança da cidade a dois a três, e portanto, isto foi feito já em data de 2017 e depois aprovado em 2018. -----

----- Portanto, a dúvida é: há aqui por parte do Pelouro da Educação um papel que terá que ser decisivo e, portanto, não percebemos muito bem o sentido, o verdadeiro sentido do que espelha o Grupo Municipal, porquê, e estou certa disto, até porque conheço o Vereador de outros mundos, mas do mundo da educação estou certa que com a prática desta competência que é, de facto, uma competência desafiadora, nomeadamente para o Pelouro, mas desafiadora e interessante também, estamos certos que esta competência tem um grande alcance de inclusividade, e que o Pelouro assumirá plenamente o seu desiderato que é profundamente educativo. -----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Cesar**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada Patrícia Gonçalves se precisar de tempo, haverá cedência de tempo do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados. -----  
----- Nós acreditamos que a democracia existe a múltiplos níveis e não nos revemos no estado centralista. E acreditamos também que, no princípio da subsidiariedade que afirma que as questões locais que beneficiam de resolução a nível local, como as que implicam proximidade é localmente que devem ser resolvida. -----  
----- E então acreditamos que a gestão das escolas é uma destas questões, e que os problemas da gestão operacional das escolas serão mais agilmente resolvidos pela administração local como já é patente nas escolas do 1º Ciclo e jardins-de-infância. ---  
----- Por estas razões, votaremos a favor desta proposta de descentralização. -----  
----- Consideramos também que é tempo de fazer o debate da regionalização sem preconceitos e falsas questões.-----  
----- Precisamos do modelo de gestão do que é comum, que resolva melhor e que resolva de forma eficaz os muitos problemas de organização do Estado a nível regional e local. -----  
----- Lamentamos que a última legislatura tenha sido uma oportunidade perdida para fazer este debate, que poderia ter sido muito melhor aproveitada por forças políticas que agora rejeitam esta proposta descentralização. -----  
----- Disse!” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, e parabéns pela sua capacidade de síntese, e vamos prosseguir.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa e Público em Geral. -----  
----- Esta proposta que nos é trazida pela Câmara Municipal, peca nalguns pontos, mas, nomeadamente, creio que peca porque todo este processo, creio que foi demasiado rápido e não houve tempo para ponderar todos os aspetos. E uma das questões que nós temos dúvidas é realmente a parte da adequação financeira na prática, no concreto, que virá a ser aplicada após a concretização da passagem das competências.-----  
----- Essa adequação financeira, nós sabemos que está previsto um grupo de trabalho, um grupo técnico que irá complementar os aqueles ditos vinte mil euros, referidos na proposta, agora isso só por si, não nos parece suficiente, e não nos parece suficiente, porque existe uma coisa chamada cativações que nós não sabemos como é que se vai repercutir neste financiamento. -----  
----- Portanto a Câmara pede num ano, no ano seguinte é aprovada em orçamento, é cativável, não é cativável, quais são os critérios da cativação.-----

----- Nada disso está claro e, portanto, nós não sabemos como é que essas coisas vão acontecer. Podem acontecer bem, podem acontecer mal! Além disso, há outras coisas que não sabemos, neste processo as questões da fiscalização não são muito claras como é que vão ser adequadamente feitas.-----

----- Nós sabemos que o Estado central tem fortes falhas em termos de fiscalização nas várias áreas, e como é que a Câmara Municipal ao importar, ao aceitar essas competências vai dar conta das responsabilidades que o Estado central não dava.-----

----- E esta é uma questão séria, já para não falar da questão da responsabilidade civil. Todos nós nos lembramos da famosa estrada de Borba, da Pedreira, em que houve uma transferência de competências para a autarquia, e pasme-se é o Presidente de Câmara que é o culpado.-----

----- E, portanto, eu acho que estas coisas não foram suficientemente pensadas, há muitos aspetos que não estão claros, estes aspetos da responsabilidade civil e nós temos vastas condições para haver coisas que também podem correr mal, que é o caso das medidas de autoproteção de que se tem falado bastante, mas portanto, as questões da responsabilidade civil, as questões da prontidão da adequação financeira aos vários projetos que, entretanto, eventualmente a própria comissão técnica possa reconhecer como válidos, tudo isso está no ar. E estando no ar, nós não podemos aprovar no ar, e como tal iremo-nos abster.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves é o último Senhor Deputado inscrito, tem tempo cedido pelo MPT, em todo o caso pedia também para ser sucinto uma vez que já estamos a prejudicar, e já temos pessoas para o debate temático à espera. Mas peço desculpa quem está à espera, temos que terminar esta votação hoje.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Serei breve, desde logo para esclarecer que sou favorável aos processos de descentralização que estão em curso e, portanto, eu votarei contra as recomendações que os três partidos apresentam nesta Assembleia, e votarei favoravelmente...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não são recomendações, são rejeições.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “As propostas de rejeições e votarei favoravelmente a recomendação oriunda das três Comissões.-----

----- No entanto, esta Assembleia não se pode alhear da discussão, e de algumas coisas que foram ditas nesta matéria, e permitam-me que cite, e passo a citar, “*não sei*

*se será irresponsabilidade, mas é seguramente, não ter aqui o princípio da precaução aceitar neste momento a descentralização de competências no domínio da educação.”*

----- Estas palavras, são palavras do Senhor Vereador Manuel Grilo, membro do Executivo camarário, com o Pelouro da Educação em Lisboa, e portanto, diz mais o Senhor Vereador na reunião de Câmara em que isto foi discutido, “*que nem sequer o estudo razoável do edificado foi fornecida à Câmara por parte do Estado*” e, portanto, eu gostaria de ouvir o Senhor Vereador Manuel Grilo sobre este assunto, porque nós não podemos alhearmo-nos do facto do principal responsável pela área da educação em Lisboa, o que diz em matéria destas propostas de descentralização. -----

----- Aliás, relembro que nós nesta Assembleia já discutimos aqui várias vezes problemáticas relacionadas com a educação, nomeadamente, por exemplo, as medidas de autoproteção que estão em atraso, em parte por falta de meios da Câmara, ora daquilo que decorre das palavras do Senhor Vereador Manuel Grilo é que nós vamos ainda estar a agravar mais a situação. -----

----- E, por isso pedir esse esclarecimento, porque nós ficámos a saber recentemente pelo presidente do Partido Socialista, que o Bloco não manda no país, nem no Parlamento. -----

----- E a pergunta que eu deixo aqui hoje é se o Bloco vai continuar a mandar, a mandar entre aspas, na educação em Lisboa? -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado muito obrigado. -----

----- Senhor Vice-Presidente tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se eu bem percebo do quadro, Senhora Presidente são seis minutos que temos, eu vou ceder a palavra ao Vereador Manuel Grilo que foi muitas vezes, digamos, interpelado nestas intervenções. -----

----- Eu gostava de dizer muito concretamente que não percebo algumas das intervenções relativamente ao meu papel nesta transferência de competências, porque ela, este meu papel foi exatamente igual a todos os outros de todas as transferências de competências, tive delegação do Senhor Presidente para coordenar este processo e, portanto, neste como nas outras áreas não houve qualquer diferença.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhor Vereador Manuel Grilo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “De forma muito sucinta, dizer com toda a tranquilidade que a posição do Bloco é uma posição consequente com o acordo celebrado entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda para a governação da cidade de Lisboa. -----

----- E que em matéria de educação no seu ponto 8, e eu vou passar a ler, diz “*no caso de se concretizar a descentralização administrativa nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, será garantido financiamento e meios técnicos para a requalificação e reequipamento das escolas sobre as quais o Município passe a exercer competências.*” -----

----- Isto é sendo o Bloco de Esquerda, por princípio contrário, a esta descentralização, naturalmente, sendo a decisão tomada e em termos finais aqui favorável a essa descentralização assumiremos todas as nossas responsabilidades. -----

----- Para dizer que em relação ao edificado, como há pouco teve oportunidade de explicar o Senhor Vice-Presidente, das cinquenta e três escolas que transitam para o Município, trinta e duas escolas, porque vinte e uma delas permanecem na posse da Parque Escolar, sobre vinte e seis, houve acordo da parte do Ministério da Educação que, num primeiro momento identificou dezassete, e após contestação do Senhor Vice-Presidente identificou mais nove, portanto, sobre vinte e seis escolas que considerou o Ministério da Educação necessitarem de intervenção urgente, ficou essa intervenção do lado do Ministério de Educação para serem realizadas essas alterações.

----- E, portanto, os meios não serão alocados da Câmara, pelo menos neste primeiro momento, três delas temos a ideia de que estão em razoável estado de conservação, e restam três escolas sobre as quais há divergência de opinião quanto ao Ministério de Educação. -----

----- Mas também porque somos a favor do princípio da responsabilidade, e é verdade que não temos uma fotografia do quadro de conservação das escolas, naturalmente, a ser aprovada aqui esta transferência de competências, naturalmente, faremos aquilo que fizemos em relação às escolas do 1º Ciclo da Educação Pré-Escolar, isto é, encomendar-se-á um estudo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que utilizando a mesma metodologia que utilizou para as escolas do 1º Ciclo, Jardim-de-Infância, nos dê uma fotografia das necessidades de intervenção, e também dos problemas de segurança que eventualmente sejam detetados, para naturalmente, podermos agir de forma responsável. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Senhor Vice-Presidente ainda queria acrescentar alguma coisa?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- E para terminar, dizer, afastar claramente as dúvidas que foram lançadas pelo PEV, pela Deputada Cláudia Madeira, sobre a perda de universalidade no processo educativo, esta questão não se coloca, todas as questões de natureza pedagógica, a gestão dos professores, continua a estar tudo centralizado no Ministério da Educação assegurando que a nível nacional, há consistência dos processos, com graus de autonomia das escolas que já hoje estão consagrados na sua capacidade de se adequar

ao meio envolvente, que, aliás, é algo que foi uma vantagem e um ganho claro de outros processos de modernização do sistema educativo português.-----

----- Deve ser tratado igual o que é igual, há um conjunto de diferenças que só na abordagem de proximidade é que podem ser, ou serão certamente muito melhor trabalhadas, do que na abordagem centralizada que tenderá tratar o país todo por igual quando ele não é, e mesmo dentro daquilo que é o concelho como o nosso, não são iguais todas as escolas do nosso parque escolar, nem a sua população escolar, elas têm que ser ajustadas o tratamento para de facto, aquele conceito da universalidade se poder colocar em prática, que é tratar os estudantes de forma igual, dando as mesmas oportunidades.-----

----- Há aqui uma diferença clara entre nós, neste momento, entre o Partido Socialista, e os Cidadãos Por Lisboa, neste caso, e os Deputados que oriundos do Livre, e também todos aqueles que estão, como o PSD, a favor desta transferência de competências.-----

----- É que nós acreditamos que, de facto, o poder local tem a capacidade de em determinadas áreas utilizar e prestar um melhor serviço aos cidadãos, e se estamos de acordo com uma boa parte da esquerda que há aqui um processo de regionalização que é preciso retomar, e eu e a Vereadora Paula Marques, temos a convicção plena de que esta dimensão precisa de ser tratada, e explorada, e concretizada, não é menos importante que a dimensão municipal seja fortalecida, como, aliás, estamos aqui a fazer.-----

----- Eu, relativamente ao PCP, as considerações são idênticas.-----

----- Tranquilizá-los que os meios financeiros são os meios financeiros adequados, são os meios financeiros que já hoje para a despesa corrente estão definidos pelo Ministério da Educação, eles podem eventualmente, e está consagrado, e podem vir a ser reforçados em determinadas circunstâncias.-----

----- E para terminar, Senhora Presidente, porque o tempo já vai longo, e de facto, tenho que ultrapassar aqui uma série de questões, desculpem-me aqueles a quem não vou responder, mas só para dizer, que em matéria de inovação lembro-me sempre do velho do Restelo se nas Descobertas tivéssemos seguido o velho do Restelo jamais teríamos chegado onde estamos hoje.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de votar.-----

----- Chamo a vossa atenção que a votação vai ser em primeiro lugar das propostas de rejeição.-----

----- Sendo que votaremos por ordem de entrada, pela leitura que fiz das propostas, se alguma delas for rejeitada penso que prejudica as seguintes, se for aprovada também prejudica as seguintes porque elas têm o mesmo teor.-----

----- Mas para já vamos votar a primeira, e depois logo vemos como é que as coisas se passam.-----

----- A primeira proposta apresentada, que entrou em primeiro lugar, foi a proposta do PEV é a Proposta n.º 3/PEV/2019 e vamos pôr à votação a proposta do PEV”. -----  
----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 003/PEV//2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º 003/PEV/2019** foi **rejeitada**.-----  
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----  
----- Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Uma vez que a rejeição não foi aprovada, eu penso que estão prejudicadas as outras duas propostas. -----  
----- Não estão prejudicadas?-----  
----- Vamos continuar a votar. -----  
----- Não há problema nenhum, vamos continuar a votar.” -----  
----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 008/PCP/2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º 008/PCP/2019** foi **rejeitada**.-----  
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----  
----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “A Proposta está rejeitada.-----  
----- Eu penso que agora a do Bloco está prejudicada, mas querem que se ponha à votação? -----  
----- Pergunto ao Bloco se quer votar a proposta, ou se está prejudicada? -----  
----- Vamos votar.-----  
----- Muito bem, já rejeitámos duas vezes, mas vamos voltar a propor. -----  
----- Vamos pôr a votação.-----  
----- Não há problema nenhum, vamos pôr a votação, as redações são diferentes, nenhuma delas foi aprovada, enquanto nenhuma for aprovada, não há prejuízo para as seguintes.” -----  
----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 003/BE/2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV. A **Proposta n.º 003/BE/2019** foi **rejeitada**.-----  
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----  
----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Vejo que o Senhor Deputado Independente Rui Costa quer fazer Declaração de Voto, que o Partido Comunista quer fazer Declaração de Voto, e a Deputada

Independente Patrícia Gonçalves, o Deputado Luís Newton quer fazer uma Declaração de Voto. -----

----- Senhores Deputados, podem fazer agora a Declaração de Voto oral, mas já estamos fora do nosso tempo, eu chamava a vossa atenção para isso. -----

----- Pode ser por escrito?" -----

----- Quem é que quer fazer Declaração de Voto oral? -----

----- Pode ser por escrito? -----

----- Muito bem." -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“Acreditamos que a democracia existe a múltiplos níveis e não nos revemos num estado centralista. Acreditamos também no princípio da subsidiariedade que afirma que as questões locais que beneficiem de resolução a nível local, como as que implicam proximidade, é localmente que devem ser resolvidas. Acreditamos que a gestão das escolas é uma destas questões e que os problemas da gestão operacional das escolas serão mais agilmente resolvidos pela administração local, como é já patente nas escolas do 1º ciclo. Por estas razões votaremos a favor desta proposta de descentralização.* -----

----- *Consideramos também que é tempo de fazer o debate da regionalização sem preconceitos e falsas questões. Precisamos de um modelo de gestão do que é comum que resolva melhor - que resolva de forma eficaz os muitos problemas de organização do estado a nível regional e local. Lamentamos que a última legislatura tenha sido uma oportunidade perdida para fazer este debate que podia ter sido melhor aproveitada por forças políticas que agora rejeitam esta proposta de descentralização.*” -----

----- (O Grupo Municipal do PCP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- (O Senhor Deputado Luís Newton não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- (O Senhor Deputado Rui Costa não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Senhores Deputados estão a dizer que não há quórum, eu tenho estado a verificar o quórum o tempo todo, temos quórum. -----

----- O Senhor Deputado diz que não há Deputados do Livre, nós não dizemos que há Deputados do Livre, há Deputados que foram daquele partido que os Senhores sabem. -----

----- Passamos a dizer assim que é para não haver problemas. -----

----- Não vale a pena, foram ou são daquele partido que os Senhores sabem, não vale a pena entrarmos novamente nessa discussão, é completamente extemporânea. -----

----- Senhores Deputados, vamos lá não criar agora aqui incidentes processuais, vamos prosseguir, até porque eu não o disse, foi outra pessoa, não fui eu que disse. ----

----- Senhores Deputados, terminámos esta parte das rejeições, e agora temos que votar a proposta propriamente dita, e portanto, eu chamava a vossa atenção que está agora em causa a Posposta n.º 389/CM/2019 apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 389/CM/2019**. Votos contra do PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção do CDS-PP, PAN, MPT e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, 7 IND. A **Proposta n.º 389/CM/2019** foi aprovada **por maioria**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Nos termos do n.º 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, segue a declaração de voto do Grupo Municipal do PCP sobre a Proposta n.º 389/2019, votada na 76ª Reunião – 47ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 27 de Junho de 2019, que a seguir se transcreve:-----

----- “O PCP votou contra a Proposta n.º 389/CM/2019, uma vez subsistem um conjunto de riscos associados a toda esta legislação, nomeadamente:-----

----- Falta de sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; -----

----- Inerente risco dessa transferência consubstanciar um alijar de responsabilidades do Estado Central;-----

----- Preocupação com a possibilidade de agravamento das desigualdades entre autarquias locais;-----

----- Exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência imediata no rigor das finanças públicas;-----

----- Afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas;-----

----- Inexistência de uma verdadeira descentralização, só possível no quadro da regionalização”.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos pôr agora a votação a Recomendação da 1ª, 7ª e 8ª Comissões.-----

----- Da Recomendação há um ponto em separado, o primeiro ponto é em separado.-----

----- O primeiro ponto diz apenas isto:-----

----- “À semelhança de processos anteriores, que remeta à Assembleia Municipal de Lisboa, sempre, toda a informação relevante sobre a evolução deste processo, mesmo quando a deliberação desta não seja necessária.” -----

----- Vamos pôr à votação este ponto.”-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 076/02 (1ª, 7ª e 8ª CP)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7

IND, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. **O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independentes da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Agora vamos pôr à votação os pontos 2 e 3 da recomendação.”-----

----- **Ponto 2 e 3 da Recomendação n.º 076/02 (1ª, 7ª e 8ª CP)**. Votos contra PCP, PEV, abstenção do PAN e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. **Os 2 e 3 da Recomendação n.º 76/02 (1ª, 7ª e 8ª CP) foram aprovados por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independentes da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos esta parte dos nossos trabalhos.-----

----- Queria dizer duas coisas.-----

----- Em primeiro lugar, nós tínhamos deixado na última semana uma repetição de uma votação de uma moção do Bloco de Esquerda, porque houve empate, acontece que o Bloco de Esquerda enviou uma nova redação, portanto, eu considero que é um novo documento, mandei distribuir em próxima reunião o votaremos, porque não podemos votar ao mesmo tempo o antigo documento e o novo documento, e irei convidar o Bloco de Esquerda a retirar o anterior e votar-se-á este. Nessa altura é uma votação nova não é uma repetição, uma vez que o texto é novo, isso era a primeira coisa que eu queria dizer.-----

----- Segunda coisa, queria, naturalmente, saudar quem vêm agora assistir ao debate temático, convidar os Senhores Membros da Mesa a assumirem o seu lugar na Mesa.-----

----- Agradecer aos Oradores convidados que vêm participar neste debate, pedir-vos desculpa de não ficar presente à assistir ao debate temático. Tenho um compromisso que vos direi qual é, o Professor Freitas do Amaral apresenta hoje o seu último volume de memórias, e eu tenho uma relação de grande amizade pessoal com ele, e quero fazer questão de estar presente nesta sessão e, portanto, peço-vos desculpa, há uma coincidência horária, mas não posso deixar de cumprir um dever de amizade e, portanto, peço que me relevem esta minha falha hoje no debate temático, não costumo faltar aos debates temáticos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **PARTE II**-----

----- **3. 1ª SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “45 ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL, OS DIREITOS DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO”, COM O TEMA “AS MULHERES NA RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA E O SEU PAPEL NAS LUTAS LABORAIS ANTES DO 25 DE ABRIL”, NA**

**SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA 004/PCP/2019 PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 28 DE FEVEREIRO DE 2019, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 39.º DO REGIMENTO E DE ACORDO COM O FORMATO E PROGRAMA EM ANEXO; GRELHA DO PERÍODO DESTINADO AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS: 3 MINUTOS POR GRUPO MUNICIPAL E 3 MINUTOS PARA OS DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE EXERCEM O MANDATO COMO INDEPENDENTES;** -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, caros convidados, agradecia que ocupassem o vosso lugar, vamos dar início ao nosso Debate, apenas alguns segundos, para podermos ter as melhores condições para dar início a este nosso Debate. -----

----- Começava por dar as boas-vindas a todas e todos, Senhoras e Senhores Deputados, que já nos fizeram companhia durante toda a tarde. E aos que chegaram, entretanto, para assistir ao debate, as nossas boas vindas. -----

----- Gostaria apenas de fazer alguma contextualização a este debate, este é um debate que resulta de uma proposta que foi feita pelo Grupo Municipal do PCP, aquando as Comemorações do Dia Internacional do Dia da Mulher, numa Sessão aqui da Assembleia Municipal, no passado dia 26 de fevereiro, e um dos pontos deliberativos dessa proposta, era a realização de um debate subordinado ao tema “45 anos depois do 25 de Abril, os Direitos das Mulheres no Mundo do Trabalho”. Este Debate que foi aprovado por unanimidade, como já disse, é também uma forma de reconhecimento da Cidade de Lisboa, da extraordinária capacidade de luta das mulheres, neste caso, e é um dos temas que iremos abordar; a luta pelos seus direitos no mundo do trabalho, os seus direitos laborais mas que, naturalmente, se cruzam com muitos outros.-----

----- Começava por apresentar a Mesa, estas Oradoras que me rodeiam. Começo aqui pelo meu lado direito, tenho a Marília Villaverde Cabral, que é Dirigente da União da Resistência Antifascistas Portugueses, logo a seguir está a Rosa Saúde, que é Operária, Reformada e foi Dirigente Sindical durante muitos anos, e à minha esquerda tenho a Manuela Tavares, Dirigente da União de Mulheres, Alternativa e Resposta, e investigadora em Estudos sobre as Mulheres.-----

----- Fazia parte também deste painel, aceitou o nosso convite, a Ana Sofia Fernandes, que é Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Vice-Presidente do Lobby Europeu de Mulheres, que informou, hoje à tarde, a Assembleia que por motivos supervenientes e de natureza urgente, não lhe seria possível participar no evento, lamentando a situação e o incómodo, naturalmente, mas desejando os votos de maior sucesso nesta importante iniciativa em que teria muito gosto em participar. Portanto, não poderemos contar a presença da Ana Sofia, mas faremos o possível para que este debate seja o mais profícuo possível, tendo em conta a importância do tema. -----

----- A revolução de Abril como todos aqui sabemos foi, de facto, um marco histórico na vida do país, que teve repercussões profundíssimas na vida das mulheres

portuguesas pela sua própria força emancipadora e fruto, também, de muitas alterações legislativas e sociais, as mulheres usufruirão de extraordinárias medidas em matéria de direitos civis, laborais, segurança social, do direito da família, de proteção da maternidade e paternidade o que levou a uma melhoria das suas condições de vida e trabalho. -----

----- Este Debate Temático, que nós estamos a realizar hoje é o primeiro, há uma primeira sessão, haverá uma segunda de hoje a oito dias, na próxima quinta-feira, dia 4 de julho, também às 17h30. -----

----- A nossa Sessão de hoje tem um subtema que é “Mulheres na Resistência Antifascista e o seu papel nas lutas laborais, antes do 25 de Abril”. Portanto, dentro deste enorme chapéu que são as Comemorações do 45º Aniversário da Revolução de Abril, hoje iremos falar de como as mulheres lutaram antes do 25 de Abril. -----

----- Deixava apenas algumas notas relativamente ao formato este nosso debate, portanto, eu em seguida irei dar a palavra às nossas convidadas, as oradoras que comigo estão aqui na Mesa, depois haverá tempo e oportunidade para as entidades convidadas e para o público poder intervir e colocar questões, fazer comentários, enfim, aquilo que entenderem, para isso sugeria que se inscrevessem na mesa que está aqui à minha esquerda. Depois, as oradoras terão oportunidade, se assim entenderem, de dar resposta a alguma questão que tenha sido colocada e, em seguida, darei a palavra aos Senhores Deputados Municipais dos Grupos Municipais e Deputados Independentes, que também deverão proceder à sua inscrição na mesa de apoio, aqui à minha esquerda, e depois disso faremos o encerramento deste debate. -----

----- Começava então e passava a palavra às nossas oradoras e começava com a Marília Villaverde Cabral, por favor.” -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DOS ORADORES CONVIDADOS** -----

----- **A Senhora Marília Villaverde, na qualidade de Oradora Convidada,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar quero agradecer à Assembleia Municipal de Lisboa, o convite que me fez e saudar a realização desta iniciativa sobre um tema tão falado e estudado, mas que se mantém atual e que ainda exige muito esclarecimento, muito trabalho e muita luta. -----

----- A implantação do fascismo em Portugal levou à liquidação das liberdades, à repressão contra o povo de que as mulheres foram as principais vítimas. Foram privadas de direitos elementares na própria família, sobre o lema deus, pátria, família, o fascismo atirou-as para o canto da casa, impedindo-as de ter acesso à vida profissional para as ter subalternas e assim discriminadas. -----

----- Em 1932, nos manuais de leitura, podia ler-se: “*na família o chefe é o pai, na escola o chefe é o mestre, na igreja o chefe é o padre, na nação o chefe é o Governo.*”

----- Em 1933, a Constituição consagra a inferioridade das mulheres perante a Lei, em resultado da sua natureza e do bem-estar da família. -----

----- Ainda em 1936, as professoras só podiam casar com a autorização do Ministro da Tutela, concedida apenas se o noivo tivesse bom comportamento moral, civil e meios

de subsistência adequadas ao vencimento de uma professora, as enfermeiras, as hospedeiras do ar não podiam casar. -----

----- Até 1969, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido e o divórcio não era permitido aos casais com casamento católico. -----

----- A sujeição ao homem estava presente em toda a vida conjugal, ao marido era permitido inclusive abrir a correspondência da mulher, as humilhações eram constantes. -----

----- Eu, por exemplo trabalhei durante uns anos na previdência, os meus colegas podiam fumar no local de trabalho, mas as mulheres não podiam e como devem calcular era pela preocupação dos nossos pulmões, não podíamos andar de calças, usávamos umas baratas e os homens não, então arregaçávamos as calças por baixo da bata chegava mesmo a ser bastante ridículo. -----

----- No que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, cerca de 43% dos partos eram realizados em casa e 17% sem assistência médica. O aborto era punido com penas de prisão de 2 a 8 anos e estima-se que o seu número atingiria 100 mil por ano, mas o que talvez se desconheça era que a mulher não tinha o direito de tomar contraceptivos contra a vontade de marido. -----

----- Até final da década de 60, as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família e possuíssem curso médio ou superior. -----

----- Eu não vou acrescentar mais a este role infame de injustiças para não descansar e, por certo as minhas companheiras da Mesa terão factos tanto ou mais completos do que eu para vos contar. -----

----- Mas mesmo nas difíceis condições impostas pela ditadura fascista, muitas mulheres nas fábricas, nos campos, intelectuais, donas de casa souberam mobilizar-se em torno de questões concretas, aumento de salário, custo de vida, condições de trabalho, luta pela paz, contra a guerra colonial, pela educação, pelo direito de voto, pela libertação dos presos políticos. -----

----- Ao longo dos tempos, as mulheres souberam criar organizações próprias ilegais, semilegais e mesmo legais que levaram a cabo grandes e pequenas ações de esclarecimento e mobilização, falo da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, 1935 que veio a ser encerrada pela PIDE em 1952, dos Núcleos Femininos de Movimento de Unidade Nacional Antifascista de 1943 a 1949. No Movimento de Unidade Democrática 1945 a 1949, do Movimento Nacional Democrático de 1949 a 1950, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e em 1969 o Movimento Democrático de Mulheres que se mantém em atividade até aos nossos dias. -----

----- Ficaram gravados na história do nosso país na luta pelos direitos das mulheres, nomes com Carolina Beatriz Ângelo, Maria Lamas, Virgínia Moura, Maria Isabel Aboim Inglês, Alda Nogueira e muitas outras. -----

----- A URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses, à semelhança do que fez para Peniche, no Porto e Angra do Heroísmo está a fazer o levantamento dos nomes na Torre do Tombo, de todas as mulheres que estiveram presas em Caxias, para as podermos homenagear e não deixar que se esqueça a sua coragem na luta antifascista. -----

----- As mulheres estiveram sempre presentes em todas as lutas do nosso povo, das Marchas de Fome durante a guerra, nas muitas greves na margem sul do Tejo, na Marinha Grande, nos anos 40, e já nas vésperas do 25 de Abril, na *Plessey Automática*, na *Standard*, na *Grundig* e muitas outras. -----

----- Nas campanhas eleitorais para a Presidência da República de Norton de Matos, Rui Luís Gomes e Humberto Delgado. -----

----- Em 1969 na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional Fascista, as mulheres tiveram um papel importante e chegaram a criar comissões eleitorais de mulheres integradas na CDE – Comissão Democrática Eleitoral. -----

----- Em congresso de oposição democrática, nomeadamente no 3º Congresso em 1973, conhecido como o Congresso de Aveiro, que teve um grande papel no derrube do fascismo e foi um ponto alto na unidade de todos os democratas, houve um grande incentivo para que os trabalhadores, os operários pusessem no papel nos trabalhos preparatórios aquilo que sabiam e sentiam na pele. -----

----- A Encarnação Raminhos e eu, que não tínhamos hábitos de escrita somos ganhas para atirarmo-nos à aventura de avançar para uma tese a apresentar ao Congresso. Não foi fácil, trabalhávamos toda a noite até ao romper do dia, mas sentíamos que era nosso dever dar um contributo para as denúncias das desigualdades e desmistificar a ideia que a mulher era fundamentalmente, mãe e dona de casa. -----

----- O título que escolhemos foi “O trabalho da mulher, condições de vida e condições de trabalho e desigualdade de tratamento”, tivemos o cuidado de referir que o trabalho incidia unicamente sobre os problemas das profissionais de escritório, numa tentativa de reflexão sobre as condições gerais existentes neste setor. -----

----- Decidimos incluir na tese um inquérito dirigido às nossas colegas da então Previdência, no capítulo “Motivação no trabalho”, 79% responderam que trabalhavam porque o ordenado do marido era insuficiente e só 11% responderam, porque só assim se sentiam realizadas como parte integrante na sociedade. O inquérito tinha como objetivo, através dele procedermos a uma amostragem dos problemas mais sentidos por estas trabalhadoras, mas além disso, uma das razões porque o fizemos foi para levarmos as pessoas a pensar nos seus próprios problemas, nem que fosse por um pequeno instante e analisá-los. -----

----- Gostaria muito de ter oportunidade de fazer esta pergunta às trabalhadoras de hoje da Segurança Social, mas tenho a convicção que a percentagem já não seria a mesma, apesar de nos tempos atuais muita coisa ter andado para trás, até mesmo nos costumes, a mentalidade da mulher está muito à frente desse negros tempos do fascismo. -----

----- Tivemos uma revolução, uma revolução que durou pouco é certo, mas foi muito profunda e as suas raízes perduraram no tempo, tivemos muitas alterações legislativas, as mulheres souberam agarrar a nova situação com muito entusiasmo e muita alegria como Maria Velho da Costa soube interpretar com muita verdade e beleza nos seus versos: *“Elas fizeram greves de braços caídos. Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e a junta. Elas gritaram à vizinha que era fascista. Elas souberam dizer salário igual e creche e cantinas. Elas vieram para a rua de encarnado. Elas foram*

*pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água. Elas gritaram muito. Elas encheram as ruas de cravos.”* -----

----- Mas em 1973, naquele tempo cinzento e triste, no meio em que trabalhávamos a maior parte das nossas colegas só falava dos filhos e da casa, estavam completamente alheadas do mundo que os rodeava. Nós, por nosso lado, queríamos transmitir-lhe que os nossos filhos seriam muito mais felizes com mães interessadas na sociedade, com mães que lhes transmitissem valores de liberdade, de dignidade. Era importante, reivindicar creches que com pessoas especializadas, que tratassem dos nossos filhos de maneira a que as mães se sentissem seguras no trabalho e pudessem participar na vida social, no sindicato. Por outro lado, tentávamos ganhar o homem a sua participação no acompanhamento dos filhos e também nos trabalhos domésticos. -----

----- A nossa tese espelhou aquilo que víamos à nossa volta e que nos chocava profundamente, queríamos que os homens entendessem, que viver com uma companheira em igualdade e com os mesmos direitos seria também para eles uma relação muito mais rica e mais feliz. -----

----- Passaram 46 anos hoje, a situação mudou, a nossa Constituição, uma das mais avançadas do mundo, fruto da Revolução de Abril, consagra a igualdade de todos os cidadãos perante o Estado, mas há ainda muito a fazer e só se conseguirá com o reforço da luta organizada das mulheres contra a exploração laboral, contra as desigualdades e discriminações, pela exigência de cumprimento da igualdade no trabalho, na família, na vida social, política e cultural. Uma luta pelo exercício de direitos próprios e pela participação em igualdade, luta que terá mais possibilidades de êxito quanto mais se entrelaçar e convergir na luta por direitos e reivindicações comuns à classe social de que fazem parte. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Marília Villaverde Cabral, trouxe-nos uma caracterização da época mas, também, em discurso direto experiências muito particulares, vividas no tempo do fascismo. -----

----- Antes de passar a nossa oradora seguinte, queria apenas fazer uma referência que não fiz logo a início mas, também, é importante, é uma tarefa importante que tem a ver com os nossos relatores, portanto, o nosso debate tem como habitualmente dois relatores, são os Senhores Deputados Sobreda Antunes do Partido Ecologista “Os Verdes” e o Senhor Deputado Raúl Santos do MPT, portanto, estão ali a tomar boa nota destas intervenções e que serão os relatores desta sessão do debate temático. -----

----- Passava então a palavra à Manuela Tavares.” -----

----- **A Senhora Manuela Tavares, na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas, agradeço o convite feito à UMAR para estar nesta sessão e participar neste debate em torno das Mulheres na Resistência Antifascista e o seu papel nas lutas laborais antes do 25 de Abril. -----

## DRAFT

----- Quero saudar a excelente intervenção da Marília de Villaverde Cabral, que me tirou muitas palavras da boca, e ainda bem, e por isso, eu iria procurar fazer uma homenagem muito simbólica, àquelas mulheres que se atreveram antes do 25 de Abril, em especial naqueles últimos anos antes da revolução, de enfrentar o regime perante as dificuldades existentes, perante um regime de grande repressão, em que o levantar a voz nem que fosse para exigir mais um pequeno aumento de salário poderia dar origem à prisão e até à morte e, por isso, muitas dessas mulheres, nós nem sabemos onde é que elas andam, passaram pela história de uma forma invisível. -----

----- Aquilo que Marília Villaverde Cabral disse, que se vai fazer o levantamento das presas de Caxias, para que tal fique registado num memorial é muito importante. Nós não podemos deixar que muitas destas mulheres morram, sem que lhes possamos ouvir até as próprias histórias de vida.-----

----- A UMAR tem um projeto sobre memórias e feminismos, em que procura recolher histórias de vida de mulheres que tiveram um papel não só antes do 25 de Abril, como no após 25 de Abril. Aliás, a nossa Associação nasceu do caudal daquelas lutas do após 25 de Abril, das mulheres que ocuparam as casas, sei lá no Bairro 2 de Maio, em muitos outros sítios, das mulheres que nas fábricas lutaram pelo direito ao trabalho, quase até à exaustão, como aconteceu com a SOGANTAL, em que procuraram no regime de autogestão impar em Portugal, durante dois anos resistir, fabricar fatos de treino, vende-los ao público para conseguir os seus salários, isto perante o quê? Perante a grande fuga que os patrões fizeram após o 25 de Abril, de se iria embora, de encerrarem as fábricas, de deixarem as fábricas sem nenhuma orientação e colocarem em causa aqueles postos de trabalho, mas isto foi depois do 25 de Abril e é desse caudal de lutas que surgiu a UMAR. -----

---- Mas, eu quero falar-vos então, tentando homenagear as mulheres que naquele período entre 1969-1973 tiveram esta coragem de resistir e de lutar. -----

----- Em janeiro de 1969 cerca de 1200 trabalhadoras da Fábrica Simões, fazem greve exigindo o aumento de salário e pelo mesmo motivo em março do mesmo ano, 100 operárias da Bica, em Sacavém, também, paralisam.-----

----- Em Santo Tirso, as trabalhadoras da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Rio Vizela realizam uma concentração frente à Câmara Municipal. -----

----- Numa região isolada do país, em Unhais da Serra entre maio e dezembro de 1969, desencadeou-se uma luta das operárias têxteis de grande envergadura para a época. -----

----- Em 28 de maio, surge uma primeira greve, a gerência exigia que cada operária tomasse conta de 800 fusos, em vez de 400, mantendo-se as mesmas condições trabalho, 30 escudos por dia de salário, inexistência transportes para quem tinha andar 10 quilómetros a pé, descontos no prémio produção se utilizasse a casa de banho mais que uma vez por dia. Na altura é despedida, uma trabalhadora e as restantes retomam o trabalho por intervenção da GNR. Em dezembro, o conflito laboral agudiza-se pelas dificuldades das trabalhadoras aguentar os ritmos de trabalho, ao saírem da fábrica alertam as colegas e as máquinas param, durante 3 dias as trabalhadores permanecem paradas em frente às máquinas, a GNR entra na fábrica com metralhadoras apontadas,

## DRAFT

apesar disso, mantém-se a greve e as reuniões durou até às 4 e 5 da manhã. A 13 de dezembro, um autêntico exército da GNR acumula-se junto à fábrica e nas entradas de acesso. À entrada da fábrica, a GNR interroga as operárias se estão dispostas aceitar as novas condições de trabalho, perante a resposta negativa impede a entrada na fábrica, são enviados telegramas das trabalhadoras a pedir a intervenção do Governo, ao fim de 3 dias a fábrica fechada. Na manhã seguinte, as trabalhadoras colocam-se de novo à porta da fábrica tudo isto perante o povo apinhado e a GNR de metralhadoras apontadas. Foram levadas uma a uma ao escritório para assinar o compromisso de trabalharem com os 800 fusos, a greve quebra-se quanto 4 ou 5 reparigas extremamente pobres são obrigadas pelos pais aceitarem as condições e a trabalharem, perante os furos à greve todas as mulheres recomeçam a trabalhar para que as animadoras dessa luta não fossem descobertas.-----

----- Reparem nisto, isto é antes do 25 de Abril, isto é numa fábrica naquela região, creio da Covilhã, Unhais da Serra da Covilhã e como é que estas mulheres têm a capacidade de resistir. Isto é de uma enorme coragem, onde é que elas andam, não sabemos, mas algumas destas mulheres deviam de ser encontradas e das suas histórias deviam de ser relatadas.-----

----- E passamos por outras empresas, na Lusotufos em Cortegaça, Ovar, 300 operárias paralisam o trabalho, na GAFA reacende-se a luta desta vez contra o controle das idas à casa de banho, na Santos Barosa da Marinha Grande, na INAPA em Setúbal, na Fábrica de Cortiça Aldemiro&Mira em Silves, nas Confeções Bora em Alhos Vedros, de Fábrica Barros em Lisboa, na Cinta Ideal em Alhandra, por aí fora, na Messa em Algueirão, na Fábrica Oliva em São João da Madeira, na Fábrica Mistral na Figueira da Foz, registam-se movimentos de greve e eu estou a dizer isto entre 1969 e 1973. ----

----- E os motivos destas greves centram-se em questões muito imediatas salariais, mas não só, as mulheres aspirava melhores condições trabalho, mobilizam-se contra os despedimentos, por infantários, pela semana das 40 horas, a greve de braços caídos é muito utilizada.-----

----- As operárias conserveiras, que ganhavam 6 escudos por hora, desenvolvem neste período importantes reivindicações, não só por questões salariais mas, também, por refeitórios, creche e melhores condições de trabalho. -----

----- A partir de outubro de 73, as operárias de várias empresas de material elétrico Plessey Automática com 2500 trabalhadoras em Cabo Ruivo, Standard Elétrica em Cascais mais 1200 trabalhadoras, Eletrónica Signectics em Setúbal e a General Instruments Arruda dos Vinhos, desencadeia um ciclo de greves pelo salário mínimo de 3000 escudos por mês, pela redução do horário de trabalho semanal para 40 horas e por 30 dias de férias com subsídios a 100%.-----

----- Há muitas outras lutas que nós deveríamos arranjar forma, não sei até que ponto alguns sindicatos ainda podem ter contactos com estas mulheres, mas seria muito importante pensar como é que foi possível isto tudo. -----

----- Durante estas lutas, são despedidas duas Delegadas Sindicais, uma delas grávida e outra ativista sindical, aqui temos o nome Maria Teresa Branquinho, 17 anos é sujeita a interrogatório policial.-----

## DRAFT

----- Em comunicado de 12 de abril de 1974, o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, em Gouveia, denuncia o despedimento da Dirigente Sindical Maria do Céu Ferreira de Jesus, o clima de intimidação e de repressão do regime, fazia-se abater sobre todas estas mulheres. -----

----- É interessante salientar que, num comunicado dirigido aos trabalhadores têxteis era sempre assim, não é, a linguagem inclusiva não existia, uma fábrica sei lá como Plessey com 2100 trabalhadoras, os comunicados eram dirigidos aos trabalhadores da Plessey, isto acontecia por todo o lado, não é, mas era normal naquele tempo. -----

----- É interessante salientar que, num comunicado dirigido aos trabalhadores têxteis do distrito Porto e assinado por uma Comissão Democrática Têxtil em setembro de 1973, se faz referência à situação de desigualdade das mulheres no trabalho e na família. -----

----- Para além das lutas operárias que surgem nesta altura, abaixo-assinados contra a guerra colonial e de solidariedade, as mulheres com os presos políticos, muitos desses comunicados, incentivados pelo MDM (Movimento Democrático de Mulheres) que tinha sido formado em 1969, como já foi referido e que teve nesta época um papel importante contra a guerra colonial e na solidariedade com os presos políticos. -----

----- Dizer ainda que, no meio de todo este caudal de lutas, também, surgiram outras coisas que ficaram um bocadinho à margem, porque a censura era muito grande e era difícil que estas coisas passassem nos jornais, estou a falar-vos do processo das “Três-Marias” datado de 26 de maio de 1972, este processo ganha solidariedade em vários países, não só nos Estados Unidos, como na Europa e como sabem, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Isabel Barreno, tinham sido acusadas ofensas à moral pública, não é, que tinha escrito um livro pornográfico e, portanto, esta questão vem desencadear em Portugal, também, a seguir ao 25 de Abril com toda a solidariedade que foi conseguida em termos de mulheres feministas de outros países, a formação do MLM - Movimento de Libertação das Mulheres. -----

----- Eu não falo aqui muito desses factos, depois do 25 de Abril, porque não me é dado falar, uma vez que a intervenção não se orienta nesse sentido. -----

----- No entanto, é preciso dizer que o regime entra em colapso, não entra em colapso apenas para estas lutas das mulheres operárias, entra em colapso pelas contradições existentes em relação à guerra colonial e por muitas outras lutas, não é, e pelo alargamento do campo da oposição aos setores católicos e outros sectores e, portanto, a tudo isto se soma a crise económica e financeira. -----

----- E, como sabemos na madrugada do 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derruba a mais longa ditadura do século XX, abrindo lugar a um processo revolucionário onde as mulheres realmente soltam a palavra num espaço de liberdade até aí nunca vivido, muitas mulheres diziam: *“Eu pela primeira vez sinto-me bem a falar numa assembleia, eu pela primeira vez, tenho direito a dizer aquilo que penso eu, pela primeira vez posso sair de casa para fazer o curso de alfabetização e tirar a 4ª classe ou aprender a ler e a escrever”*, tanta coisa nova que aconteceu nesse país a seguir ao 25 de Abril, que nós também temos aqui de certeza que homenagear. --

----- A rutura com a clausura doméstica, que limitava as capacidades e as vontades de tantas mulheres, representaria assim um avanço nas suas consciências e atitudes e o 25 de Abril, criou realmente condições para romper o cerco e para a participação de milhares de mulheres. -----

----- E termino com um poema que a Marília aqui iniciou: *“Elas também disseram mãe e a sogra que isso era dantes. Elas ouviram falar de uma grande mudança e que ai entrar pelas casas. Elas choraram no cais agarrada aos filhos que vinham da guerra. Elas aprenderam a mexer nos livros de conta e nas alfaias das herdades abandonadas. Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões. Elas levantaram o braço nas grandes assembleias. Elas disseram a mãe, segure-me aqui os cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é. Elas vieram dos arrebaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada. Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens. Elas iam e não sabiam para aonde, mas que iam. Elas acendem o lume. Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado. Elas vão à parteira que lhes diz que já vai adiantado. Elas alargam o cós das saias. Elas choram a vomitar.”* -----

----- E esta é grande luta das mulheres no nosso país a seguir ao 25 de Abril, a luta de três décadas pela despenalização do aborto, em Portugal. -----

----- Por isso, nós hoje que estamos aqui temos que nos sentir orgulhosas, todas nós e todos nós, porque também foram muitos os homens que participaram nesta grande luta civilizacional que foi podermos, interromper uma gravidez não desejada dos serviços públicos de saúde, que assim continue, que não tínhamos recursos das nossas conquistas, porque podem vir a existir recos e mais uma vez muito obrigada por este convite e por ter vindo aqui à Assembleia Municipal.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Manuela Tavares, que nos trouxe aqui então esta homenagem simbólica, a muitas mulheres que enfrentaram regime em diversas lutas e num caminho bastante tortuoso, mas também corajoso. -----

----- Este poema “Revolução e Mulheres” de Maria Velho da Costa é, de facto, uma inspiração que atravessa, felizmente muitas gerações e que inclusivamente permite ser partilhados desta maneira bonita, por diferentes intervenções. -----

----- Passava então a palavra à nossa última oradora Rosa saúde.” -----

----- **A Senhora Rosa Saúde, na qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os presentes. -----

----- É sempre importante falar das lutas mulheres e as amigas que falaram antes de mim, com dizia a Manuela, tiramo-nos as palavras umas às outras, porque realmente, falaram antes do 25 de Abril, da luta das mulheres é extremamente importante 45 anos depois. -----

----- Mas, permitam-me que antes de começar a minha intervenção, lembre uma situação que ainda ontem à noite e tive oportunidade de ver e ouvir na televisão, que me fez lembrar os anos antes do 25 de Abril, que diz respeito à trabalhadora do setor

corticeiro, que é a Cristina Tavares, que daqui envio um abraço de solidariedade, pela força, pela dedicação, pela defesa ao posto de trabalho, porque muitas vezes nós somos acusados, já no tempo que eu trabalhava era assim, que nós não queremos trabalhar, nós queremos ordenado, não é verdade, nós queremos trabalhar, queremos produzir, queremos um país desenvolvido, antes e depois do 25 de Abril. Mas infelizmente há alguns que se esqueceram, que o 25 de Abril já foi há 45 anos e que não pode continuar esta injustiça com as mulheres. Mas, infelizmente não é só com elas, é com muitas mais, mas qualquer da maneira esta é aquela que eu ontem à noite ouvi, já tinha ouvido varias vezes e como me tocou, achei que devia de falar hoje aqui. -----

----- Falar das lutas das mulheres antes do 25 de Abril, não é muito fácil porque, não havia liberdade e nós não tínhamos grandes condições de nos podermos organizar em termos de lutas. Lutávamos muitas vezes em silêncio sem transmitir ou sem falarmos em voz alta que era para não sermos despedidas e é disso que eu vou falar. -----

----- Em primeiro lugar, saudar a realização desta iniciativa, falar das mulheres resistente, antifascistas do seu papel das lutas laborais antes do 25 de Abril, não é fácil, mas apesar da repressão que existia, da falta de liberdade, as mulheres portuguesas não deixaram de lutar por melhores condições de vida, por melhores salários, pela redução do horário de trabalho, pelo apoio à família dos presos políticos em defesa da paz, algumas destas lutas hoje ainda se mantêm, infelizmente. -----

----- Mas voltemos à participação das mulheres antes da revolução de Abril, comecemos com as lutas das mulheres do Alentejo e do Ribatejo, as operárias agrícolas, por melhores salários, pela redução do horário de trabalho e que resultou na trágica morte Catarina Eufémia, em Baleizão, em 1952. Mas a luta vale sempre a pena, em 1962, dez anos depois, as mulheres destes mesma zona que tiveram um papel importantíssimo no alcance do horário de trabalho das 8 horas diárias, luta pela qual Catarina Eufémia tinha travado nos campos do Alentejo. Temos a participação das mulheres nas lutas em vários setores, onde se conseguir importantes vitórias. -----

----- A luta dos empilhadores na Marinha Grande, por melhores salários, não era fácil já que recebiam a jorna. Um trabalho duro em que se usava como material o vime, e só aqui um a parte, eu não sei se todos conhecemos o que é vime, o vime é uma peça verde que nasce ao pé dos rios, arranca-se e depois tem que estar dentro de água e depois de estar dentro de água, vai-se torcendo e vai-se fazendo o empenhamento dos garrações ou também os tampos para as cadeiras como se fazia. Eu lembro-me do meu tempo de ver isto na minha terra, ferindo por vezes as mãos, tinha consequências muito graves, trabalhavam sem condições e ainda mais, com os filhos ao lado dentro de um caixote, para os poder amamentar e não os perder muito tempo. A luta realizada por estas mulheres foi em 1958, ano da campanha de Humberto Delgado à Presidência da República. -----

----- As mulheres participaram nas marchas contra a fome, Alenquer, em Sacavém, na Povia de Santa Iria, em Alhandra e em Loures, só para citar algumas no distrito de Lisboa, que é o distrito aonde estamos. -----

## DRAFT

----- Participaram ativamente nas greves de 1943 e 1944, nas greves nos têxteis em Alhandra, nas greves de 1972 por menores salários, contra a Ávila Cabos, nos Cabos D'Avila, a agitação se fazia no comércio de Lisboa, no início dos anos 70, nos armazéns do Chiado, Grandella, Eduardo Martins, Lanalgo, Braz e Braz e Dinfer, entre outras.-----

----- A luta dos Caixeiros de Lisboa, concentrou 5000 Caixeiros em São Bento, em março de 71, o protesto contra a decisão arbitrária do Governo de acabar com a semana-inglesa de 44 horas que tinha sido conquistada através de uma longa luta contra o patronato e contou com a participação de muitas mulheres que ainda hoje comemoraram esse dia num almoço e se reúnem para lembrar esses tempos e também lembrar que valeu a pena a luta que elas desenvolveram.-----

----- No setor de material elétrico conseguiram 1963, o primeiro contrato e elegeu-se a primeira mulher dirigente sindical, a Idália que ainda hoje é viva e que mora em Lisboa e para quem enviamos um grande abraço e como dizia a Manuela, se calhar temos que ir à procura destas mulheres, da sua participação em luta e também fazer alguma coisa para que as gerações vindouras possam saber que antes houve lutas, antes alguém lutou para que as coisas fossem diferentes.-----

----- E já estamos a falar em greves e lutas, dizer e não eram uma empresa com mulheres, mas as lutas não se fazem só com mulheres também se fazem com mulheres e homens e daí que acho que é importante referir, a luta dos trabalhadores da MAGUE, que no próprio dia 25 de Abril estavam em greve em Alverca, uma coisa fora do normal e que no concelho de Vila Franca de Xira, foi muito importante toda aquela gente saber que, apesar da repressão, apesar das dificuldades aqueles homens conseguiram, quase 2000 homens fazer uma greve no dia 25 de Abril estavam em greve.-----

----- Poderíamos continuar a aumentar os setores em que as mulheres participaram ativamente nas lutas, os têxteis, os corticeiros, os químicos, os metalúrgicos.-----

----- No distrito de Lisboa, havia centenas de milhares de trabalhadores, muitas eram mulheres, igualmente ou ainda mais exploradas. O aumento das mulheres no mundo do trabalho deu-se particularmente no início dos anos 60, com a ida de muitos homens para a guerra colonial.-----

----- Os homens partiam para o ultramar, as mulheres para as empresas, onde trabalhavam das 8 às 18 horas, e até às 13 horas de sábado. Eu vivi esta experiência. As lutas realizadas antes do 25 de Abril eram muitos casos silenciosas, como já disse, por isso, só alguns dos setores que delas tinham conhecimento. Mas não podemos, nem vamos esquecer, que as lutas se realizavam e as mulheres nelas participavam, as comemorações do 1º de Maio, são disso um exemplo.-----

----- Em 1968, foi criada a MDM – Movimento Democrático de Mulheres, a mais antiga Organização das Mulheres Portuguesas, e depois em 1970, surgiu a CGTP, duas organizações muito importantes e que desde logo tiveram o apoio e a aceitação das mulheres trabalhadoras.-----

----- E agora em particular, uma experiência que eu acho que devia trazer aqui, sobre a minha experiência pessoal no mundo do trabalho.-----

----- Ela iniciou-se em 65, numa empresa de cerâmica em Alverca, onde a maioria das trabalhadoras eram mulheres, era um trabalho duro, e sem o mínimo de condições a todos os níveis, não havia luvas para agarrar os tijolos e as telhas que saiam do forno, apanhávamos o desperdício e com esse desperdício é que apanhávamos as telhas, o que muitas vezes sucedia e ficávamos com as mãos cheias de bolhas, mas não se podia parar. -----

----- Na cerâmica, não havia qualquer desconto para a Segurança Social, daí, não era de admirar, que assim que nós conseguíamos e tínhamos possibilidades de sair dali, íamo-nos embora à procura de outro trabalho. -----

----- Mais tarde já no MEG, fazia-se um trabalho totalmente diferente, mas a exploração continuava, havia salários diferentes entre os trabalhadores, trabalhando lado a lado, havia o controlo das idas à casa de banho que já aqui foi dito, e algumas de nós tínhamos mais dificuldade em conseguir ir à casa de banho, porque havia uma argola para se ir à casa de banho, e nem sempre conseguíamos apanhar a tempo a argola. -----

----- Uma realidade laboral vivida há décadas atrás, que infelizmente, hoje em dia, voltamos a assistir de formas e diferentes atuações, mas que são uma realidade, que hoje se vive. -----

----- Antes do 25 de Abril, não tínhamos férias, nem subsídio de férias, nem subsídio de Natal, nem direitos de maternidade, nem salários mínimos. Hoje, nesta iniciativa, lembramos que muitos dos direitos que hoje temos começaram a ser conquistados nas lutas realizadas antes do 25 de Abril, onde a participação das mulheres, foi e continua, a ser importante, os avanços foram enormes, mas não podemos descansar. -----

----- Às mulheres que ousaram enfrentar a repressão, o fascismo e lutaram por melhores condições de vida e trabalho e por mais salários, pela redução do horário de trabalho, por um país desenvolvido que garantisse um futuro melhor para todos nós e para as gerações vindouras, o nosso muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, nós também, Rosa, pela intervenção não só pela quantidade de informação importantíssima sobre muitas lutas desenvolvidas pelas mulheres, com especial enfoque aqui na nossa região, e que também é interessante para o nosso debate, mas também pela experiência pessoal, não só como trabalhadora, mas, como sindicalista que tem estudo de trabalho. -----

----- Neste momento passaríamos para as intervenções do público e das entidades convidadas, não temos inscrições nesse sentido, e, portanto, passaríamos para as inscrições dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Daria então a palavra à Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva, do Grupo Municipal do PSD. ” -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS**-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apresento os meus cumprimentos à Senhora Deputada que dirige, às senhoras convidadas, às senhoras oradoras convidadas, agradecendo as brilhantes exposições que aqui fizeram e passo à minha intervenção no seguinte. -----

----- Decorridos que estão 45 anos do 25 de Abril de 1974, esse feliz dia em convivência democrática, verifica-se que alguns dos problemas que afetaram as mulheres no período do Estado Novo, continuam a verificar-se. -----

----- Sendo atual, falar dos direitos das mulheres em contexto laboral, e do papel fulcral que continuam a ter na luta por melhores condições de trabalho, por verdadeiras igualdades de oportunidade, por vencimentos mais justos, e pelo fim da precariedade laboral. -----

----- As mulheres, nós mulheres, fomos uma força ativa na resistência antifascista, desempenhando muitas vezes papéis maiores em eventos dos quais, nem sempre, infelizmente, somos as protagonistas conhecidas, e muitas vezes reconhecidas pela história nas difíceis, perigosas e essenciais lutas laborais que ocorreram antes do 25 de Abril. -----

----- As mulheres, nós mulheres, dissemos presente, participando de forma corajosa nos eventos mais importantes, que, nos possibilitou hoje a existência de melhores condições de trabalho no seio das empresas e, bem assim, na própria administração pública. -----

---- Nesta sessão tão importante da Casa da Cidadania, todos nós, devemos homenagear e recordar, todos aqueles e aquelas que lutaram, sofreram e muitas vezes, deram a própria vida para que fosse possível que hoje Portugal seja um país justo, livre e democrático, havendo ainda contudo, um caminho longo e penoso para que sejamos um país modelo relativamente à igualdade de oportunidades, e ao fim das discrepâncias ainda existentes, que tem apenas como fundamento o género.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigada Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

---- Passava então a palavra ao senhor Deputado Municipal José Casimiro do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde, uma saudação a todas e a todos os presentes, incluindo as nossas convidadas. -----

----- Saúdo este tema que permite ao Boco de Esquerda, nesta 1ª Sessão, homenagear, referenciar e enaltecer o papel da mulher, na luta e resistência ao fascismo num tempo em que na sociedade portuguesa, era caracterizada pela total ausência de direitos.-----

----- Hoje, os tempos são outros, créditos da democracia da própria revolução do 25 de Abril de 74 e das conquistas alcançadas. Muito, foi alcançado no que diz respeito ao direito das mulheres, muito falta fazer ainda, mas o que não podemos permitir, é que se branqueie a história do fascismo, invocando direitos e o respeito pelas mulheres. -----

----- O fascismo foi um regime altamente segregador de direitos Patriarcal que delegara à mulher, ao seu lugar natural entre aspas, ou seja, em casa, um regime predominantemente agrícola, com alguns serviços como a industrialização tardia. A participação da mulher era limitada a certas profissões, por exemplo, enfermeira ou hospedeira de ar, etc...o que implicava limitação de direitos, como por exemplo, o direito a casar. -----

----- Já foi aqui apontada em relação aos professores em 1936, sobre a questão do noivo, e do seu bom comportamento moral e civil. Eu iria também apontar outro, é que em 36 o Ministério da Educação proibiu mesmo as professoras de usarem maquiagem e indumentária que não se adequasse à majestade no mistério exercido. Não tinham acesso a carreiras de magistratura, diplomática, militar e polícia, não podiam exercer o comércio sem autorização do marido, se a mulher, exercesse atividades lucrativas sem o consentimento do marido, este podia rescindir o contrato. A lei do contrato individual de trabalho, permitia que o marido pudesse proibir a mulher de trabalhar fora de casa. O regime de Previdência e de assistência social tinham baixo nível de proteção social, a pensão paga aos trabalhadores, trabalhadoras rurais, era muito baixa e com uma diferenciação para as mulheres e homens, não existia pensão mínima no regime geral, e a pensão média, o abono de família e aleitação atingiam valores irrisórios. A guerra colonial, a emigração e a pobreza impuseram a participação de mais mulheres na vida ativa no campo, no comércio e mesmo na indústria. No entanto, chegámos a 1974 e apenas 25 por cento dos trabalhadores eram mulheres, 19 por cento das quais trabalhavam fora de casa. 86 por cento eram solteiras, 50 por cento tinham menos de 24 anos, e ganhavam menos cerca de 40 por cento do que os homens. -----

----- A agudização da luta de classe na altura, cria condições para a desagregação do regime. As revoltas de outros povos e em particular, o maio de 68, contagiaram a nova geração e impulsionam para a ação. A mobilização popular contra a guerra colonial, contra a exploração, a dependência, a marginalização e o colonialismo acelera o agravamento das contradições e a crise do regime. -----

----- As mulheres participam ativamente na luta e vai em crescendo. E a um extraordinário surto de conflitos multiplicam-se, greves de operários e estudantis, reivindicações de salários mínimos, novas formas de resistência, greves de braços caídos, desorganização oculta dos processos de trabalho, baixas de produção, lutas pela melhoria das condições de saúde, habitação, transportes e de ensino, o agravamento no plano social económico e a escalada de preços sustentou a crescente disponibilidade reivindicativa dos trabalhadores face à onda de despedimentos e aos salários baixíssimos, o que levou e ao aumento de frequência nas lutas salariais e das greves, onde as mulheres deixaram a sua marca e abriu espaço para uma mudança do regime. -----

----- A crescente revolta era já incontida. O derrube da mais longa ditadura do mundo do século XX abre um lugar a um processo revolucionário marcado pela instabilidade política, pela fraqueza, pela divisão de poder, pela crise acentuada do aparelho militar, pela falta e total isolamento das forças policiais e pela presença maciça de

trabalhadores, que permitiram novas e mais conquistas democráticas, o trabalho e a emancipação social onde o papel da mulher, a sua centralidade na sociedade levou a importantes conquistas, mas esse será o tema da 2ª sessão que debaterá, os 45 anos de luta das mulheres por direitos iguais no mundo do trabalho. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhor Deputado José Casimiro. Passava então a palavra à Senhora Deputada Municipal Natalina Moura, do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito boa tarde a todas e a todos. -----

----- Em nome do Partido Socialista, cabe-me saudar todas as convidadas, todos os interventores, todos os presentes que nos honram aqui hoje, e naturalmente, os meus colegas relatores e as senhoras funcionárias que nos apoiam. -----

----- Naturalmente que seria não explicável, não saudar esta iniciativa, a todos os títulos louvável, por preservar a memória, é necessário, é urgente, e, não podemos sequer, esquecer por momentos tudo aquilo que se passou, para podermos estar hoje aqui. Pertence a uma geração de mulheres em que cada gesto dos direitos da cidadania possíveis de singrar entre as malhas de um sistema o opressor, era um exemplo de luta do muito que era preciso mudar e conquistar. -----

----- É privilégio meu ter hoje a oportunidade de trazer à colação algumas vivências de algumas mulheres, cujas vidas se enquadram na resistência antifascista e o seu papel nas lutas laborais antes do 25 de Abril, certamente dado o tempo o farei em termos muito gerais e genéricos. -----

----- Em Portugal amordaçado, as mulheres suportaram sempre uma maior carga do que ao tratamento da desigualdade de tratamento lhe diz respeito, pretendia o antigo regime que as mulheres tivessem limitadas às tarefas domésticas, com um total subjugação ao seu marido, o chefe de família, que geria os bens do casal, os bens da mulher e os bens dos filhos menores, marido esse que podia prescindir o contrato de trabalho da esposa, não autorizar uma viagem ao estrangeiro, ou não autorizar a realização de transações comerciais. -----

----- Imagine-se o ridículo nos dias de hoje, alguém não ter direito à privacidade numa conta das redes sociais, numa carta postal, numa conta bancária, “*one so on*” -----

----- A Constituição de 1983 fixava a escolaridade obrigatória nos três anos, mas o Estado não a garantia. -----

----- A escolaridade passou a ser de quatro anos em 1956, mas apenas para as crianças do sexo masculino e adultos. As crianças do sexo feminino só foram abrangidas em 1960. -----

----- A possibilidade de aceder a estudos chegando aos níveis superiores permitiu a valorização do papel da mulher, naquele tempo o que se desafiava era a própria ideia da mulher profissional, não faltavam restrições legais. -----

----- As mulheres não podiam fazer trabalhos subterrâneos nas minas, tão pouco a carreira de magistratura ou na diplomacia, só podiam ser enfermeiras, telefonistas, hospedeiras ou funcionárias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se fossem solteiras ou viúvas.-----

----- A Guerra Colonial permitiu ao pequeno núcleo de universitárias, ou de mulheres com escolaridade secundária, oportunidades de emprego compatíveis, permitiu igualmente que as mulheres dessem um salto importantíssimo, ou seja, a entrada na produção em substituição dos homens que estavam nas frentes de combate, e sair de casa para o trabalho no exterior foi obviamente, muito importante em termos da consciencialização para os problemas sociais, e muito importantes para a sua socialização. -----

----- Estamos bem lembrados de um livro “As Mulheres na Indústria Corticeira”, que tivemos oportunidade de ler, de trabalhar, na Comissão Para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, em que eu tive o privilégio de ser uma dos elementos do júri. -----

----- As mulheres que tinham trabalho tinham um espaço para pensar, para refletir, para equacionar formas de terem os mesmos direitos e começar a reclamar direitos iguais, mesmo assim, nos locais de trabalho as mulheres eram discriminadas com base em preconceitos, maltratadas, vilipendiadas por não se limitarem a cumprir os ditames da sociedade à época fechada ao progresso. -----

----- Como ponte para o debate subsequente lembrar que no ano de 1974, como já aqui foi dito, apenas 19% das mulheres trabalhava fora de casa, sendo a sua remuneração de meros 40% face ao dos homens. -----

----- Deixo-vos com uma citação de Nelson Mandela; “*A educação é ~~uma~~ a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo*”. -----

----- Esta mulher, eu, sem livros não seria gente, e não estaria aqui hoje para continuar a defesa dos valores que tenho defendido ao longo da minha vida, sou uma entre tantas, e que lutaram certamente ainda muito mais do que eu. -----

----- Não podendo saudar cada uma das pessoas, cada uma das mulheres que estiveram envolvidas em todas as lutas, saúdo, na Manuela Tavares, na sua pessoa, cara amiga com quem me cruzei nestas lutas, todas as restantes porque bem o merece, e me deixou também partilhar em muitos momentos na UMAR e também nas Organizações Não-Governamentais, como sabe muitos problemas. -----

----- Se para falar desta matéria seria necessário muito mais tempo, teremos outros debates daí que não me atrevo sequer a falar no direito ao voto que para mim foi fundamental, naturalmente que eu poderia votar, porque tinha um curso superior, mas as outras mulheres não! E isso era a pior das discriminações que eu hoje poderia enfrentar. -----

----- Bem-haja por terem tido a sensibilidade e a possibilidade de me ouvir, e espero não ter mesmo provocado e ferido algumas das sensibilidades em presença. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada Natalina Moura. -----

----- Dava então a palavra à Senhora Deputada Cláudia Madeira do Partido Ecologista “Os Verdes”.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, apresento os meus cumprimentos em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, às Senhoras Oradoras e a todos os presentes.-----

----- Portugal viveu quase meio século numa ditadura fascista, em que os direitos eram diminutos para a maioria da população e para as mulheres eram inexistentes. A mulher era tratada como um ser inferior ao homem, e existia para ser a mãe extremosa a esposa dedicada, uma verdadeira fada do lar, desde pequenina, era treinada para ser assim submissa ao poder patriarcal.-----

----- As mulheres conhecerem até muito tarde a repressão, e a discriminação que até estava inscrita na Constituição de 1933 e que só acabou com o 25 de Abril.-----

----- Estavam destinadas a viver na escuridão, no silêncio e na humilhação, trabalhar fora de casa e ter independência financeira não era para elas, mas as mulheres não aceitaram estas injustiças e ergueram-se e lutaram lado a lado com os homens pelos seus direitos.-----

----- Durante os quarenta e oito anos de fascismo foram muitas as que não desistiram de ter esperança, e de lutar, foram muitas as que ficaram privadas de uma vida dita normal, porque escolheram estar do lado certo, e dedicar-se de corpo e alma a uma causa justa e necessária, o fim do fascismo e o início de uma nova era.-----

----- Homens e mulheres foram perseguidos, torturados e presos, viveram na clandestinidade, mas não vergaram e a revolução fez-se.-----

----- O papel das mulheres foi fundamental na resistência antifascista, na luta por melhores condições de vida, e pelos direitos laborais. Elas não aceitaram ser proibidas pelo marido de trabalhar fora de casa ou ganhar quase metade do que os homens ganhavam, nem serem proibidas de ter determinadas profissões, entre outras situações totalmente inaceitáveis.-----

----- As mulheres participaram ativamente na resistência ao fascismo, e lutaram nos campos e nas fábricas por aumentos de salários, e por melhores condições de trabalho, e encabeçaram ações reivindicativas pelos seus direitos.-----

----- A sua luta e determinação são o legado, e resultaram nas conquistas das trabalhadoras, e na sua dignificação, as mulheres foram protagonistas da história e contribuíram para a transformação que Portugal viveu, e “Os Verdes” consideram da maior justiça que não sejam esquecidas, e que o património de lutas que nos deixaram seja respeitado e cumprido, porque a sua intervenção foi fundamental para derrubar a ditadura para a emancipação da mulher.-----

----- O 25 de Abril de 1974 trouxe novos direitos às mulheres, abriu portas para a conquista de um lugar digno na sociedade em igualdade de direitos com o homem, e não numa mera posição subalterna.-----

----- O 25 de Abril também construído pelas mulheres permitiu-lhes uma vida melhor, e o direito de continuar a lutar mas agora em igualdade. Numa igualdade que têm de

continuar a ser aprofundada porque, apesar da Constituição de 1976 ter consagrado a igualdade entre mulheres e homens, em todos os domínios da vida e apesar das transformações profundas ainda há um caminho a percorrer, e não pode haver recuos e esse caminho não se faz sem as mulheres. -----

----- Termino saudando a realização deste debate, que nos permitiu não só recordar e homenagear a luta muitas vezes invisível das mulheres ao longo da História, mas também reafirmar a necessidade de continuarmos a reivindicar o fim da discriminação no trabalho, na família e na sociedade em geral, até que seja uma realidade. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada Cláudia Madeira. -----

----- Passo então para a última Deputada Municipal inscrita, que é a Deputada Graciela Simões do Partido Comunista Português.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Felicitamos as Oradoras e boa-tarde a todos os presentes. -----

----- As mulheres na resistência antifascista e o seu papel nas lutas laborais antes do 25 de Abril. -----

----- Este ano comemorou-se o quadragésimo quinto aniversário do 25 de Abril, são inúmeros os motivos que nos levam a valorizar este dia, mas se quisermos resumir em poucas palavras, o significado da “Revolução dos Cravos”, basta pensar nalgumas palavras, como: direitos, democracia ou liberdade. Para percebermos que este dia marcou uma mudança e trouxe uma nova esperança para um povo que durante quase cinquenta anos viveu o obscurantismo e a repressão. -----

----- Hoje a Assembleia Municipal promove um Debate Temático “*Quarenta e cinco anos depois do 25 de Abril, os direitos das mulheres no mundo do trabalho*”, proposto pelo Grupo Municipal do PCP, abordando as mudanças de condições de vida das mulheres no antes e depois do 25 de Abril. -----

----- E se é difícil calcular os impactos diretos de um acontecimento histórico neste caso foram demais as evidências, e os factos que separaram estes dois momentos. -----

----- As condições de vida das mulheres portuguesas alteraram-se radicalmente com a Revolução de Abril. -----

----- As discriminações e as desigualdades, os preconceitos, os estereótipos relativos ao papel da mulher na sociedade foram uma prática constante nas políticas fascizantes antes do 25 de Abril. -----

----- O direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na participação social, política, cultural e desportiva era impensável. Apenas 19% das mulheres trabalhavam fora de casa, o seu ordenado era inferior a 40% ao dos homens. -----

----- Mas trabalhar fora de casa também exigia a autorização do marido, trabalhar em determinadas profissões como professora, enfermeira ou hospedeiras de bordo, tinha e estava condicionado o direito ao casamento. Havia carreiras que estavam totalmente

vedados às mulheres, o único modelo da família imposto pelo regime fascista resultava de um contrato de casamento. -----

----- Face ao Código Civil, as mulheres podiam ser repudiadas em determinadas circunstâncias, e o chefe era o marido, o pai, ou um parente qualquer, tinha que ser sempre o homem. -----

----- O marido, inclusive, podia matar em determinadas condições a mulher, e apenas sofria um pequeno desterro de alguns meses, o casamento católico era indissociável, existiam filhos legítimos e ilegítimos, é com toda a naturalidade que hoje em dia um casal planeia em conjunto o seu futuro, e o futuro dos filhos que pretende ter. -----

----- A realidade vivida antes do 25 de Abril era totalmente oposta, era o futuro planeado apenas pelo homem, em que tomar contraceptivos era proibido pelo homem se ele assim o entendesse, e que isto poderia levar a um pedido de divórcio. -----

----- O aborto era punido em qualquer circunstância com penas que podiam ir de doze a oito anos de prisão, o aborto clandestino tornou-se uma matéria grave no nosso país e esta era a terceira causa de morte materna. -----

----- O papel da mulher na resistência antifascista e na luta pelos seus direitos foi determinante na construção de um Portugal novo, um Portugal mais justo, democrático, um Portugal que conquistou liberdade através de uma revolução, um Portugal que a Constituição da República Portuguesa de setenta e seis, consagrou a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da vida. -----

----- Explicitou também os direitos das mulheres e a igualdade e a responsabilidade do Estado na eliminação das discriminações, e a promoção da igualdade em todas as esferas da vida. -----

----- Apesar da diretriz lançada pelo Salazar, “*a mulher para o lar*” inserido na filosofia “Deus, Pátria e Família”, as mulheres portuguesas recusaram-se a baixar os braços, participando ativas na resistência ao fascismo, mulheres de todo o país lutaram nos campos, nas cidades, nas fábricas, nos serviços públicos, nas artes, na cultura e na investigação. -----

----- Neste sentido, não queremos de deixar de referir dois nomes, dos muitos que poderíamos aqui citar; Maria Alda Nogueira, filha de pais operários que terminou a licenciatura em Ciências Físico-Químicas de 1945 a 1946, e exerceu a docência e a investigação nesta área, grande figura de resistência antifascista e na área da cultura. --

----- Assim como Sophia de Mello Breyner Andersen, que também descreveu o sentimento vivido por muitas na “Revolução de Abril”, e passo a ler: -----

-----“*Esta é a madrugada que eu esperava.*-----

----- *O dia inicial inteiro e limpo.* -----

----- *Onde emergimos da noite e do silêncio.* -----

----- *E livres habitamos a substância do tempo*” -----

----- Mas porque em igualdade das mulheres ainda não está completamente conseguida, tanto na Lei e na vida, e por isso, nós dizemos que a luta pela igualdade das mulheres, continua! -----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada Municipal Graciela Simões. -----  
----- Terminada esta ronda de inscrições, não temos mais inscrições, portanto, antes de encerrarmos este debate passava a palavra às nossas Oradoras se querem fazer algum comentário final. -----

----- Manuela?”-----

----- **A Senhora Manuela Tavares na Qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada. -----

----- Agradecer a todas as intervenções das Senhoras Deputadas e o Senhor Deputado Municipal. Um grande abraço à Natalina Moura realmente já não te ouvia falar há tanto tempo foi muito bom, muito bom. -----

----- Mas eu não queria deixar passar este debate sobre as lutas das mulheres antes do 25 de Abril sem falar da Maria Lamas. -----

----- A Maria Lamas foi uma mulher extraordinária, apesar de nunca ter dito que era feminista diretamente como a Elina Guimarães o dizia, ela era uma feminista tácita como também afirmava na altura a Elina Guimarães, e teve um papel muito importante na valorização das mulheres deste país. -----

----- A obra dela, “As Mulheres do Meu País” é uma referência, é a primeira grande reportagem e única que se faz neste país sobre as mulheres em várias regiões das mais escondidas, às menos escondidas, ela faz um percurso, e isto foi um desafio que ela fez ao Governador Civil de Lisboa quando ele mandou encerrar o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Ela dizendo já existiam organizações femininas no Estado Novo que cuidavam das mulheres, que era a Obra das Mães e a Mocidade Portuguesa Feminina e ela respondeu-lhe “*então está bem, eu vou mostrar como é que é a vida das mulheres deste país*”. -----

----- E assim, ela andou de carroça, andou a pé, andou de autocarro, andou das mais diversas maneiras para chegar às aldeias no Minho, em Trás-os-Montes, nas Beiras, no Alentejo, no Algarve, até à Madeira e aos Açores ela conseguiu ir sem meios nenhuns. Estava desempregada do “Século”, e ela faz isso com o apoio de amigos, começa a lançar o livro “As Mulheres do Meu País” em brochuras, sobre as mulheres do Minho, sobre as mulheres do Alentejo, etc, e tudo aquilo que depois é reunido para que em 1949 a 1950 saía esta obra-prima. -----

----- Não há mais nenhuma reportagem sobre a vida das mulheres deste país, e foi reportagem, porque ela falou diretamente com elas, ela tirou fotografias, ela relata no livro esses diálogos que temos, podemos dizer é um livro datado, claro que é datado para aquela época dos anos cinquenta.-----

----- Dizer-vos ainda, que Sofia Branco já alguns anos gostaria de ter feito o mesmo percurso da Maria Lamas cinquenta anos depois, mas para isso, era preciso ser um projeto que também fosse subsidiado e ela não conseguiu.-----

----- Nós não podemos deixar, quando estamos a falar das mulheres na luta antifascista independentemente depois do papel que ela também teve na luta contra o regime, no exílio dela, nas prisões, etc.-----

----- Mas esta foi realmente uma grande mulher de referência, para todas as mulheres deste país independentemente do partido político, independentemente da nossa opção ideológica, que nós não podemos deixar para trás. -----

----- Era só isso.”-----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Passo então a palavra a Marília Villaverde Cabral.”-----

----- **A Senhora Marília Villaverde Cabral na Qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Porque já estamos a hora já vai longa, eu acho que o que posso dizer, de novo, é que realmente esta iniciativa teve uma grande importância, nós tirámos um bocadinho daqui e outro dali, etc, registei naquilo que me diz respeito, eu como membro da Direção da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, registei e posso-vos prometer que algumas coisas que foram aqui colocadas, e apelos para que não fosse esquecido o que as mulheres sofreram, nós vamos continuar a trabalhar neste levantamento, nestes nomes, procurando mulheres, procurando histórias, como a própria Manuela também disse, para que realmente este sofrimento, estas humilhações, estas prisões, estas estruturas, não sejam esquecidas e que possamos, às novas gerações, dar esta panorâmica do que foi a luta, e ajudá-los também a que compreendam a luta que é necessária no presente e no futuro.”-----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Marília. -----

----- Passo então a palavra à Rosa Saúde.”-----

----- **A Senhora Rosa Saúde na Qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dizer-vos que foi muito bom estar aqui, pela experiência que trouxemos, por aquilo que ouvimos dos Senhores Eleitos, e penso que é sempre muito, muito importante não esquecermos a luta das mulheres, não esquecer a luta do nosso país, e lado a lado com os homens, porque a luta faz-se com homens e com mulheres. -----

----- E queria fazer um esclarecimento mas penso que não o fiz há bocado.-----

----- Dizer-vos que eu estou aqui como dirigente sindical, eu neste momento estou reformada, fui dirigente sindical do setor da metalurgia durante muitos anos, e quero-vos dizer que a maior participação nas lutas com as mulheres que eu tive, onde eu participei, foi após o 25 de Abril.-----

----- Quando nós lutámos por melhores salários, quando nós íamos para a porta das empresas e íamos pedir mais salário, e quando, mais tarde, nós tivemos que ir para a porta do tribunal, para as manifestações de rua, e as mulheres que... desculpem-me os homens, mas sempre têm uma sensibilidade diferente, e nós costumávamos dizer, eu lembro-me isto. Nós chorávamos, nós rimo-nos, nós cantávamos juntas, e nós festejávamos quando realmente conseguíamos uma grande vitória, e foram muitas as vitórias antes do 25 de Abril, e depois do 25 de Abril.-----

----- Muito obrigada por me terem convidado a estar aqui, fiquei extremamente satisfeita e valeu a pena ter vindo de Alverca até aqui para estar aqui convosco.” -----

----- **A Moderadora, a Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, à Rosa Saúde. -----

----- A Rosa, nesta nota final, quase que deixa em aberto o obrigatório convite para a 2ª Sessão deste debate que se realiza na próxima quinta-feira. -----

----- O tema na próxima quinta-feira são “*45 anos de luta das mulheres por direitos iguais no mundo do trabalho*”, portanto, voltaremos a falar de mulheres, de trabalho de direitos, mas depois do 25 de Abril, portanto, todo o trabalho que tem sido desenvolvido nestes últimos quarenta e cinco. -----

----- Eu gostaria de deixar apenas duas ou três notas. De facto, hoje falámos bastante sobre o trabalho das mulheres, o trabalho das mulheres é uma fonte de riqueza para o país é fundamental e necessária para o progresso, e para o desenvolvimento. -----

----- Estimular a reflexão de todos e de todas, para o necessário aproveitamento das potencialidades e contributo das mulheres para o desenvolvimento do país é primordial, e aqui hoje demos o nosso contributo nesta matéria, nesta reflexão. -----

----- Tendo em conta o contexto histórico antes do 25 de Abril é evidente que também com este debate, acabámos, e não foi involuntariamente, por homenagear muitas mulheres que nos tempos do fascismo, lutaram pela liberdade, pela democracia, pelo direito ao trabalho, e eu acrescentaria sempre trabalho com direitos. -----

----- Se a liberdade e a democracia estão em pleno desde o 25 de Abril e são direitos que devem de facto, ser exercidos por todos, todos os dias, o direito ao trabalho, de facto, continua a exigir muita luta, não só por parte das mulheres mas de todos. -----

----- Antes de encerrar este debate, tenho obviamente que deixar um agradecimento muito particular a estas três mulheres, as nossas Oradoras que aceitaram vir aqui hoje, deixar-nos um pouco da sua experiência, do seu conhecimento e também dos seus desafios, digamos assim para o futuro neste tema que abordámos. -----

----- Agradecer naturalmente ao público que aceitou o convite para participar e aos Senhores Deputados Municipais, em particular, dos Grupos Municipais que quiseram também deixar o seu contributo, do Partido Social Democrata, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista, do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Partido Comunista Português, que com a sua intervenção quiseram contribuir para este debate que consideramos fundamental. -----

----- Por fim, e mesmo para terminar, naturalmente, um enorme agradecimento aos funcionários da Assembleia Municipal que, até a esta hora, ainda, aqui estão para garantir que tenhamos as melhores condições para desenvolver este trabalho, e este debate. -----

----- Um agradecimento também aos Senhores Relatores.-----

----- Muito obrigada a todos e muito boa-noite.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e trinta e sete minutos. -----

## DRAFT

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----